



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**AIRTON DOS REIS PEREIRA
PERE PETIT (ORG.)**

**DINÂMICAS SOCIAIS,
CULTURAIS E POLÍTICAS
NA AMAZÔNIA DO
TEMPO PRESENTE**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

Airton dos Reis Pereira
Pere Petit (ORG.)



**DINÂMICAS SOCIAIS,
CULTURAIS E POLÍTICAS
NA AMAZÔNIA DO TEMPO
PRESENTE**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

It was Amazon de Jaider Esbell, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Dinâmicas sociais, culturais e políticas na Amazônia do Tempo
Presente [Recurso eletrônico] / Organizadores: Airton dos Reis
Pereira e Pere Petit. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89849-06-3

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. História da
Amazônia. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

Apresentação: Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....	8
Prof ^o Dr. Francivaldo Alves Nunes	
Apresentação.....	11
Pere Petit	
Airton dos Reis Pereira	
Negociação e conflito: a instalação da Justiça do Trabalho e as disputas trabalhistas entre empregados e empregadores em Manaus durante o Estado Novo (1941-1942).....	16
Pedro Marcos Mansour Andes	
O ano que não se completa: trabalhadoras têxteis na Justiça do Trabalho (Santarém-Baixo Amazonas, 1966).....	33
Daniela Rebelo Monte Tristan	
Experiências de desenvolvimento amazônico a partir de artigos nos periódicos “SUDAM documenta”, “Revista Econômica do BASA” e “Cadernos NAEA” (1969 A 1983).....	44
Tayanná Santos de Jesus Sbrana	
Experiências dos movimentos sociais de luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará, na Amazônia Oriental.....	61
Airton dos Reis Pereira	
“FORA, COM OS ESQUERDISTAS!”: a greve das professoras e professores da Rede Pública Municipal de Castanhal-PA e o discurso anticomunista (1980).....	75
Osimar da Silva Barros	
As eleições municipais de 1985 em Belém.....	88
Andrey Ferreira Bastos	
Regularização das comunidades quilombolas brasileiras: Barra da Aroeira e a luta pelo reconhecimento de direito.....	99
Maria Helena Borges	

**Narrativas e regimes de historicidade: docentes,
pais e alunos em meio à pandemia de SARS-COV-2,
Belém do Pará, 2020.....110**

Eliezer da Rocha Gonçalves

Amazônia História imediata.....123

Pere Petit

Sobre os Autores.....137

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

APRESENTAÇÃO

Airton dos Reis Pereira
Pere Petit

Neste e-book divulgamos os trabalhos do Simpósio Temático *Dinâmicas sociais, culturais e políticas na Amazônia no Tempo Presente*, simpósio coordenado por Pere Petit e Airton dos Reis Pereira, cujas atividades fizeram parte do XII Encontro de História ANPUH-PA, realizado virtualmente nos dias 4 a 6 de dezembro de 2020. Escritos por historiadoras e historiadores, esses artigos nos apresentam alguns dos resultados das pesquisas concluídas ou em andamento de pessoas que residem em estados da Região Norte, sobretudo dissertações de mestrado, teses de doutoramento e pesquisas atualmente em andamento por professores-doutores. Objetos de estudo inseridos no recorte do tempo histórico que denominamos História do Tempo Presente e História Imediata, com referenciais teórico-conceituais e recursos metodológicos diferenciados, mas sempre pretendendo contribuir na análise de experiências dos diversos sujeitos, instituições públicas e organizações sociais, especialmente a respeito das dinâmicas sociais, políticas, jurídicas, econômicas e culturais na Amazônia, sobretudo durante a ditadura militar (1964-1985) e nos governos da Nova República. Acreditamos que os artigos, que a seguir resumimos, serão de bastante utilidade para professoras e professores, alunas e alunos e outros leitores e leitoras interessados nas mudanças ocorridas na Amazônia brasileira nas últimas décadas.

O artigo de **Pedro Andes**, por meio do levantamento das reclamações trabalhistas, entre 1941 e 1942, junto à Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, e de um conjunto de mensagens de Inter-

ventores Federais e Intendentes Municipais e notícias publicadas em jornais de Manaus, analisa a instalação da Justiça do Trabalho em Manaus e seus desdobramentos nas lutas por direitos dos trabalhadores, com destaque para o primeiro ano de atuação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus.

Daniela Tristan discorre sobre a luta por direitos de seis mulheres operárias da fiação e tecelagem de juta de Santarém, no Baixo Amazonas durante a ditadura militar. Por considerarem injustas as suas demissões, por parte da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, estas mulheres, entre elas duas grávidas, recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Santarém, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para reclamarem os seus direitos. Seu estudo nos possibilita compreender o cotidiano das operárias da fiação e tecelagem de juta de Santarém, incluindo as estratégias da fábrica no processo de negação dos direitos trabalhistas, mas também as táticas de resistência dessas mulheres por seus direitos.

No texto de **Tayanná Santos de Jesus Sbrana**, a autora examina as políticas públicas para a o “desenvolvimento” socioeconômico da Amazônia Legal implementadas durante a ditadura militar, sendo a suas fontes principais do seu trabalho os artigos publicados em três periódicos ligados a instituições técnico-científica, o informativo *Documenta SUDAM* (1969 a 1979), a *Revista Econômica do BASA* (1970 a 1972) e os *Cadernos NAEA* (1979 a 1983), com o intuito de compreendermos de que forma foram estabelecidos os argumentos que propiciaram a consolidação e a crítica em torno do que autora denomina de *consenso desenvolvimentista*.

O estudo de **Airton Pereira**, dando continuidade às suas pesquisas sobre os conflitos agrários, anali-

sa a atuação dos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra no sul e sudeste do Pará, em suas experiências localizadas, quando puderam redefinir, pelo menos em parte, a posse e de uso da terra, não só fazendo com que diversos latifúndios improdutivos fossem desapropriados para fins de reforma agrária, mas ali fossem assentadas inúmeras famílias sem terras, estabelecendo outras formas de produção e organização social na região, mais ecológica e mais sustentável.

Nas páginas escritas por **Osimar Barros** vamos encontrar excelentes reflexões sobre a primeira greve de professoras e professores da rede pública municipal de Castanhal, nordeste do Estado Pará, organizada em 1980. A imprensa da cidade, na época, especialmente o *Jornal do Interior*, procurou deslegitimar o movimento grevista acusando-o de subversivo e comunista, mas as professoras e professores de Castanhal, com apoio da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA) e de outras entidades como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), não só interferiu na desconstrução de alianças pessoais e partidárias no interior do legislativo municipal, como também promoveu fissura na hegemonia política da cidade.

O trabalho de **Andrey Bastos**, por meio de fontes jornalísticas, investiga a dinâmica em torno das eleições municipais de Belém no ano de 1985, no auge do processo de redemocratização do país, com o fim da ditadura militar, com vitória expressiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), favorecido pelo cenário nacional de eleição de Tancredo Neves à Presidência da República pelo Colégio Eleitoral e pelos arranjos políticos do então governador do estado, Jäder Barbalho.

Em seu estudo sobre a Regularização da Comu-

nidade Quilombolas Barra de Aroeira/TO, **Maria Helena Borges** contextualiza a luta dessa comunidade para demarcação e titulação das suas terras desde inícios dos anos 1980. Mobilização que contou com o apoio do STR de Porto Nacional, da CPT, do Grupo de Consciência Negra do Tocantins (Gruconto) e da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Consaúde). A Comunidade Quilombolas Barra de Aroeira foi reconhecida em 2006, recebendo o RTID do Incra em 2011, entretanto, como tantas outras áreas de quilombos espalhadas pelo país, ainda não foi concedido pelo governo federal o título de posse definitivo para os seus moradores.

Eliezer da Rocha Gonçalves, estuda o impacto da pandemia da SARS-CoV-2 nas escolas da Rede Privada de Ensino em Belém, através de questionários e entrevistas com docentes e pais de alunos dos cursos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Destaca, sobretudo, a importância do isolamento social, os problemas do sistema de saúde pública, a implementação do ensino presencial/remoto, a flexibilização das relações de trabalho, a reestruturação do tempo, espaço e meios de ensino que provocaram o isolamento social de pais, docentes e discentes e alimentaram o “horizonte de expectativas” do sentimento/desejo de retorno à normalidade anterior à pandemia.

Pere Petit reflexiona sobre as políticas públicas do governo federal para os estados e territórios da Amazônia brasileira após o fim da ditadura militar e influência na região da instalação dos grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos, atividades madeireiras (legais e ilegais) e a expansão da produção agropecuária. Finaliza seu texto analisando as ações do governo federal na Amazônia, nos dois anos de mandato de Jair Bolsonaro, orientadas a estimular a extração ilegal de madeira, o apoio a empresas mineradoras e

garimpeiros, bem com o avanço da fronteira agropecuária, favorecendo o incremento das queimadas, os desmatamentos e a invasão e grilagem de terras da União, de áreas indígenas e de comunidades quilombolas e extrativistas.

Pere Petit
Airton dos Reis Pereira
Belém/Marabá, fevereiro de 2021

NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: A INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E AS DISPUTAS TRABALHISTAS ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES EM MANAUS DURANTE O ESTADO NOVO (1941-1942)

Pedro Marcos Mansour Andes¹

Introdução

Neste texto irei tratar do processo de instalação da Justiça do Trabalho no Amazonas e seus desdobramentos iniciais para as lutas por direitos dos trabalhadores manauaras.² Destaco o primeiro ano de atuação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus. Procuro identificar as principais demandas que foram levadas pelos trabalhadores para julgamento neste novo espaço de luta por direitos e busco verificar como ocorreu o processo de acesso aos direitos garantidos agora por uma legislação federal, pois como sabemos havia certos limites impostos pelo próprio governo para os trabalhadores acessarem estes benefícios.

Para a identificação destas disputas e embates que ocorreram entre os trabalhadores, a classe patronal e em alguns momentos com os próprios agentes estadonovistas no Amazonas, as fontes então pesquisadas são: as Mensagens dos Interventores Federais e Intendentes Municipais, notícias publicadas nos periódicos e jornais de Manaus sobre as questões trabalhistas que estavam sendo discutidas na cidade. Em destaque para a elaboração deste texto me concentrei nas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Pará – UFPA, professor de História da Rede Pública Estadual de Ensino (SEDUC/AM) e Historiador da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC/AM). E-mail: pedromansourandes@gmail.com.

² Este texto é parte do segundo capítulo de minha tese de doutorado intitulada “Negociação e conflito: o movimento operário em Manaus da ditadura do Estado Novo (1937-1945)”, sob a orientação da Dra. Edilza Joana Fontes.

reclamações trabalhistas que foram feitas na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus do período de 1941 a 1942.

O estudo organizado pela historiadora Ângela de Castro Gomes e pelo historiador Fernando Teixeira intitulado *Justiça do Trabalho e sua História*, composto por onze artigos de vários autores mostrando um quadro geral da atuação da Justiça do Trabalho no país, é de extrema importância para esta pesquisa. O diálogo com essa obra possibilitou entender as diversas facetas deste novo cenário de embates sociais dos mundos do trabalho. No artigo introdutório deste livro os organizadores apresentam um histórico do processo de instalação da Justiça do Trabalho no país e destacam a importância dada para fontes judiciais nas últimas décadas, principalmente, por historiadores e cientistas sociais.

Conforme Gomes e Silva (2013), as fontes judiciais formam um grande repertório para as pesquisas sobre a história do cotidiano e das lutas por direitos “encetada por homens e mulheres anônimos, escravos, indígenas e os assim chamados trabalhadores livres, além das diversas concepções em jogo acerca das leis, dos direitos e da justiça” (GOMES; SILVA, 2013, p. 26). Ainda segundo os autores:

... a utilização sistemática de fontes da Justiça do Trabalho brasileira – sejam textuais ou orais – é uma prática acadêmica também muito recente e fecunda no campo da história social do trabalho, que vem acompanhando essa mobilização em prol da memória do Judiciário e da preservação de suas fontes (GOMES; SILVA, 2013, p. 31).

Neste cenário, posso afirmar que as disputas, as queixas e as decisões da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus e os acórdãos do Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região se configuram em fontes cen-

trais para as discussões debatidas nesse trabalho, pois compreender as demandas que levaram os trabalhadores amazonenses a um novo campo de embates com o patronato local é um ponto chave deste texto.

O processo de instalação da Justiça do Trabalho

A implantação da Justiça do Trabalho em 1941 e, posteriormente, a promulgação da CLT em 1943, foram antecedidas por anos de luta dos trabalhadores antes mesmo do advento da República no país. De acordo com Morel e Pessanha (2007),

Muitas vezes propostas pelos chamados reformadores sociais – partidários ou não –, as primeiras leis trabalhistas surgem de modo esparso, como as de proteção ao trabalho do menor, em 1891. De 1903 é a lei de sindicalização rural e de 1907, a lei que regulou a sindicalização de todas as profissões. O primeiro projeto de Código do Trabalho, de Maurício de Lacerda, tentativa malsucedida de reunir e sistematizar a legislação pertinente, é de 1917. Em 1918, Lacerda aprovou na Câmara o projeto do Departamento Nacional do Trabalho, órgão que acabou substituído pelo Conselho Nacional do Trabalho cinco anos depois. De 1919 é a lei sobre acidentes de trabalho (MOREL & PESSANHA, 2007, p. 88).

Na segunda década do século XX outras leis de caráter social são criadas. Em 1923 temos a Lei Eloy Chaves que criou as caixas de aposentadoria e pensões nas empresas de estradas de ferro e depois foram estendidas para outros setores. A reforma constitucional de 1926 trouxe pela primeira vez para a Constituição Brasileira uma referência à legislação do trabalho. Em 1922, o então governador de São Paulo Washington Luís criou os tribunais rurais para resolver os conflitos entre patrões e colonos no mundo campestre paulista.

Será a partir do golpe de 1930, que o Governo Federal irá acelerar o processo de regulamentação e de montagem de uma estrutura para organizar e administrar as relações trabalhistas. Uma das principais medidas adotadas pelo governo provisório foi a criação no dia 26 de novembro de 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Este ministério foi denominado pelo então titular da pasta Lindolfo Collor como o “Ministério da Revolução”. Após seu primeiro mês como ministro, Collor concedeu uma entrevista para a imprensa onde fez um breve balanço das primeiras ações do novo governo e fez críticas ao “regime anterior”. Conforme o ministro:

Estamos realizando no Brasil o ensaio de um novo regimen, sem precedentes talvez na história do mundo: o de uma dictadura, que se não arreceia das críticas da opinião, antes a deseja e pede como uma das condições mais valiosas para o pleno êxito da missão que lhe cumpre realizar. Na verdade, não procedemos assim de caso pensado, nossa atitude decorreu da própria imposição das circunstancias e que nos cabe realisar nossa tarefa remodeladora. Era o Brasil, até a pouco, por hypothese, uma República Constitucional e Liberal. Ninguém ignora, porém, que, na verdade, a característica primacial do regimen deposto pelo povo estava na absoluta falta de liberdade política. Manifestar uma opinião contraria ao governo era crime de lesa majestade. Ora, uma revolução só se faz para substituir um regimen mau por uma nova situação que contraste, tanto quanto possível, com a anterior. Eis porque, entrado o paiz no regimen dictatorial, assistimos ao paradoxo de ver garantido na sua máxima amplitude o direito de opinião e de crítica (CORREIO DE MANÁOS, 01/02/1931).

Na fala do ministro percebemos a preocupação em defender o novo governo das críticas recebidas após aproximadamente quatro meses de administração. E podemos observar que a crítica que incomoda é com

relação ao “novo regime” ser visto como uma ditadura, onde as liberdades democráticas são abolidas. Em sua justificativa, Lindolfo Collor deixa claro que no “anti-go regime”, que se dizia liberal, as críticas ao governo eram criminalizadas e a partir da “revolução feita pelo povo” o “novo” regime instalado garantia o direito de opinião e crítica ao governo. A história mostrou que o ministro estava totalmente enganado.

A partir da criação do Ministério do Trabalho, o processo de regulamentação das relações do trabalho no país foi acelerado. Em 1931, os consultores jurídicos, Evaristo de Macedo e Joaquim Pimenta, elaboram o Decreto n. 19.770, que visava regulamentar a sindicalização das classes patronais e operárias. Ainda neste ano foi instalado o Departamento Nacional do Trabalho. Em 1932 passam a funcionar as Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento. Será a Constituição Federal de 1934, que irá instituir em seu título IV, art. 122, a Justiça do Trabalho como a função de julgar as questões entre patrões e empregados, regidas pela legislação social existente. Segundo as pesquisadoras Regina Morel e Elina Pessanha (2007), os passos para instalação efetiva da Justiça do Trabalho seguiram no decorrer dos anos 30:

Em 1936, um anteprojeto de organização da Justiça do Trabalho, elaborado por técnicos do Ministério do Trabalho, pelo seu consultor jurídico, Oliveira Viana, e pela Procuradoria do Trabalho, é encaminhado pelo presidente Getúlio Vargas ao Poder Legislativo, e o debate sobre essa proposta expõe um quadro de fortes disputas políticas e ideológicas em torno do caráter da instituição, tanto dos interesses conflitantes em jogo, como de adesões a seus pressupostos e objetivos (MOREL & PESSANHA, 2007, p. 89).

Durante este período havia uma forte disputa política e ideológica entre as correntes liberais, socia-

listas, católicas e corporativistas em relação ao modelo de política social que deveria ser adotado pelo Estado para atender as questões das relações de trabalho. Sendo assim, o modelo varguista de relações do trabalho buscava responder as demandas posta naquele momento e se aproximava do consenso antiliberal, ou seja, principalmente, da ideologia católica e corporativista.

Dentro deste cenário de disputas, a reação liberal a proposta varguista apresentada foi imediata. O relator da Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional do projeto, Waldemar Ferreira, advogado civilista paulista, teve uma atuação marcante em prol do posicionamento liberal, pois, os liberais não aceitavam uma Justiça Federal acima dos interesses das elites locais, não queriam que os sindicatos funcionassem como pessoas jurídicas e não queriam uma Justiça do Trabalho com poder normativo, ou seja, com a prerrogativa de legislar. Entretanto, em 1937, com o golpe do Estado Novo e a instalação de uma ditadura no país o modelo varguista de relações de trabalho foi adotado e apesar de algumas mudanças está presente até os dias de hoje.

A Constituição outorgada pelo Estado Novo varguista criou mecanismos que enrijeceu a estrutura sindical para tentar controlar os sindicatos através da imposição do sindicato único por categoria profissional, o imposto sindical obrigatório e o enquadramento sindical. A Justiça do Trabalho foi regulada em 1939, regulamentada em 1940 e finalmente instalada em 1 de maio de 1941 no evento presidido por Getúlio Vargas, realizado em comemoração ao dia do trabalhador, que aconteceu no estádio de São Januário no Rio de Janeiro.

A Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus

Ao pesquisar sobre a instalação da 1ª JCJ de Manaus, infelizmente as edições dos periódicos e jornais que circularam na cidade no dia 1 de maio de 1941, dia que foi instalada em todo o país a Justiça do Trabalho, não foram preservadas. Entretanto, na edição do *Jornal do Commercio*, dia do trabalhador de 1942, é feita uma referência a instalação da Junta de Manaus no ano anterior. De acordo com matéria jornalística ocorreu uma “sessão solene, no prédio onde funciona a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, em comemoração ao primeiro aniversário da instalação da Justiça do Trabalho” (JORNAL DO COMMERCIO, 01/05/ 1942).

No site do Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – TRT 11, existem informações sobre a instalação da 1ª Junta de Manaus. Conforme o Centro de Memória, o Decreto-Lei n. 1.237 do dia 2 de maio de 1939, estabeleceu toda a estrutura da Justiça do Trabalho, inclusive a criação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, que foi instalada no dia 1 de maio de 1941 e ficou subordinada ao Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região com sede em Belém.

Sobre os processos trabalhistas que foram abertos na 1ª JCJ de Manaus, durante o Estado Novo, varguista fui informado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (TRT 11) que os mesmos estavam no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8), tinham sido microfilmados e estavam em cinco rolos de fitas, que se encontravam em processo de limpeza e higienização. Após entrar em contato com a Ouvidoria do TRT 8 fui encaminhado ao Arquivo Geral, que se localiza atualmente no município de Ananindeua-PA, para falar com o

senhor Benedito Socorro de Moraes Vila Real, chefe da Seção Documental do TRT 8.

Apresentei ao responsável pelo Arquivo Geral a solicitação para pesquisar no acervo, informando qual a documentação que iria trabalhar. Prontamente fui atendido e tive contato com os famosos rolos de microfimes onde estariam os processos trabalhistas que tramitaram na 1ª Junta de Manaus. Entretanto, infelizmente nos rolos de microfimes estavam apenas as fichas funcionais de quem trabalhou dos anos 1940 aos 1960 na Junta de Manaus. Os processos não foram microfilmados. Solicitei então o acesso ao acervo físico para tentar encontrar os processos da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus. Entretanto, depois de verificar toda a documentação ainda existente do período que estudo apenas encontrei em estado de difícil manuseio alguns processos da 1ª Junta de Belém não identifiquei nenhum processo vindo da Junta da capital amazonense.

Os rastros e vestígios dos processos da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus e o Conselho Regional do Trabalho 8ª Região (CRT 8) foram encontrados nos acervos dos Diários Oficiais do Estado do Amazonas e do Pará, onde eram publicadas partes dos processos e dos acórdãos finais das disputas trabalhistas. Através destes vestígios pode ser traçada algumas questões relevantes sobre as disputas entre empregados e patrões em um momento de forte repressão das lutas sociais no país. Além disso, no Arquivo Geral do TRT 8 encontramos os Livros dos Acórdãos, onde identificamos as decisões dos processos que foram para a segunda instância em Belém, durante o período do recorte temporal da pesquisa. Essas questões se concentram em quatro pontos: Quais categorias de trabalhadores urbanos que iam a Justiça do Trabalho lutar pelos seus direitos? Quais os principais direitos cobra-

dos pelos trabalhadores de seus patrões? Quais as classes que mais recorriam a segunda instância no CRT 8? E por fim, para que lado inclinava mais as decisões finais dos colegiados da 1ª JCJ de Manaus e do CRT 8 de Belém.

As primeiras informações que encontrei pesquisando no acervo do Diário Oficial do Amazonas sobre a atuação da 1ª JCJ de Manaus e os primeiros processos e reclamações trabalhistas, que foram julgados nesta Junta, só apareceram na edição do dia 10 de fevereiro de 1942. O mapa³ elaborado pela Junta trazia informações gerais sobre todo o movimento que ocorreu no período de 30 de julho de 1941 a 31 de dezembro de 1941.

Conforme este documento, 89 processos passaram na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus. Destes processos, foram julgados 55, sendo arquivados 50, 5 pediram recursos ao Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região, 5 execuções de sentenças, 26 processos em andamento dos quais 21 eram da 1ª JCJ de Manaus, 2 execuções em andamento, 3 advocatória em andamento, ou seja, estavam em julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF, 2 inquéritos administrativo remetidos ao CRT da 8ª Região e 1 processo para realizar diligência remetido pelo CRT da 8ª Região.

De acordo com o Mapa de Movimento da 1ª JCJ de Manaus, também foram realizadas 118 audiências sendo: 11 administrativas, 58 de julgamento, 43 de instrução de processos e 6 de instrução de inquérito administrativo. Foram 58 decisões julgadas na Junta de Manaus, sendo: 26 Conciliações, 9 decisões procedentes, 6 homologações de acordos, 5 processos considerados improcedentes, 5 processos arquivados pelo não comparecimento do reclamante, 4 processos jul-

³ Este mapa com as primeiras informações da 1ª JCJ de Manaus foi publicado no Estado do Amazonas. Cf. Diário Oficial do Amazonas. Manaus, terça-feira, 10 de fevereiro de 1942, p. 5.

gados procedentes em parte, 1 processo a JCJ julgou-se incompetente para realizar sua análise, 1 rejeição de embargos e 1 rejeição de agravos. O valor total dos pedidos, das decisões e das execuções de sentenças somaram um total de Rs 157:893\$500.

Foram realizadas 8 diligências, 11 recursos foram analisados sendo: 9 recursos ordinários para CRT da 8ª Região, 1 recurso de embargos e 1 recurso de agravos. Conflitos de jurisdição apenas 1 foi remetido ao Supremo Tribunal Federal. Decisões de recursos foram 3 sendo: 2 decisões confirmadas pelo CRT 8ª Região e 1 reformada em parte pelo CRT 8ª Região.

Com relação aos dissídios foram julgados um total de 163 divididos nas seguintes questões: 45 referentes a demissões injustas, 45 por demissões sem o pagamento de aviso prévio, 36 pagamentos de férias, 23 pagamento de salários atrasados, 5 pagamento de horas extras, 2 por falta de descanso semanal, 2 por aumento salarial, 2 por reconhecimento de estabilidade, 1 por preterição de direito de preferência, 1 redução de salário e 1 de abandono de emprego.

Ao analisarmos o mapa elaborado pela 1ª JCJ de Manaus sobre a movimentação de processos no período de julho a dezembro de 1941, os primeiros meses de atuação desta junta, percebemos que os trabalhadores utilizaram as ferramentas jurídicas para exigirem seus direitos garantidos pela legislação trabalhista já existente no país. Apesar de todos os limites impostos pela ditadura estadonovista, a Justiça do Trabalho e toda sua estrutura, é entendida como um espaço de luta e reivindicações e que desde sua instalação foi utilizada pelo trabalhador brasileiro como local de garantia de direitos. Neste sentido, acompanhamos os apontamentos de Rinaldo Varussa (2013), que busca,

... perceber a Justiça do Trabalho como um lugar estratégico na luta entre as classes, pautadas em

um horizonte de indeterminações a partir do qual os trabalhadores constituem suas ações – as quais, por vezes, forçam os dominantes a rever suas práticas, a reformular suas ações e seus projetos (VARUSSA, 2013, p. 115).

No decorrer do ano de 1942 não foram publicadas no Diário Oficial do Amazonas outras informações da atuação da 1ª JCJ de Manaus. Entretanto, me chamou a atenção os inúmeros discursos e textos publicados de autoridades do governo estadonovista, principalmente, no âmbito federal endereçados na sua maioria aos trabalhadores brasileiros, que reforçavam a ideia de unidade nacional.

Os acórdãos do Conselho Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região (CRT 8) possibilitam a identificação de vários processos da Junta de Manaus que foram para segunda instância em Belém. Durante o ano de 1942 foram julgados pelo CRT 8 um total de 110 acórdãos, sendo 18 da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus. Esse importante dado me permite afirmar que os processos continuaram sendo julgados na 1ª JCJ de Manaus durante o ano de 1942. A informação que falta para fechar essa questão é o motivo que levou a não publicação das decisões finais destes processos no Diário Oficial do Amazonas, pois no ano de 1943 essas publicações voltaram a ser feitas.

Os acórdãos do Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região

O primeiro acórdão da Junta de Manaus julgado pelo CRT 8 foi o de número 45, ele pode ser utilizado aqui neste pequeno texto como um exemplo das disputas trabalhistas e nos traz informações importantes sobre as táticas e estratégias utilizados pelos empregados e pelos patrões para terem suas queixas atendidas.

O processo foi reclamado pelo Sindicato dos Empregados em Serrarias de Manaus em nome do seu filiado Pompilio Ferreira da Silva contra a empregadora C. P. Vries por demissão sem justa causa. Segundo o processo, o reclamante trabalhou na referida empresa no período de 7 de dezembro de 1933 até 7 de novembro de 1939, com salário inicial de cinco mil réis diários e final de sete mil réis diários. A reclamatória foi feita ao Delegado Regional do Trabalho do Estado Amazonas no dia 28 de novembro de 1939 e foi julgada pela extinta 2ª JCJ de Manaus por unanimidade como improcedente. Então, o reclamante com base no artigo 29 do decreto n.º 22.132 de 1932, solicitou advocatória ao Ministro do Trabalho para anulação da decisão e foi aceita a solicitação pelo então ministro Waldemar Falcão.

Após a instalação da Justiça do Trabalho no dia 1 de maio de 1941, o Sindicato no dia 13 de agosto deste ano, requereu ao presidente da 1ª JCJ de Manaus, que fosse dado andamento ao processo e foi atendido. Durante as audiências do processo, o reclamante Pompilio Ferreira da Silva relatou que durante um embarque de um carregamento de madeira no início de novembro de 1939 foi solicitado do mesmo mais uma hora extra de trabalho, entretanto, ele não podia ficar para realizá-la, pois tinha compromissos urgentes em sua residência. Devido a essa negativa ocorreu sua demissão.

Nas alegações apresentadas pela empresa C. P. Vries ao CRT 8 é utilizado como o argumento fundamental para demissão do reclamante sua indisciplina no serviço. Conforme a reclamada, o mesmo e mais três funcionários haviam se negado a fazer hora extra, quando foi indagado qual era o motivo para a negativa ele afirmou que seria pelo não pagamento de um abono solicitado de dez mil réis. Depois de ouvir as testemunhas e realizar as diligências na empresa, no dia 5 de novembro de 1941, foi realizado o julgamento pela

1ª JCJ de Manaus, que considerou a reclamação improcedente e condenou o reclamado o pagamento dos custos do processo. Dentro deste cenário, o Sindicato dos Empregados em Serrarias de Manaus recorreu ao CRT 8, que decidiu assim o processo:

Considerando que o reclamante Pompílio Ferreira da Silva não era obrigado por lei a prestar à firma C. P. Vries a hora de trabalho extraordinário solicitada;

Considerando que não havia qualquer convenção de trabalho entre a referida firma e seus empregados no sentido de regulamentar essas horas extraordinárias;

Considerando que o reclamante foi acompanhado nessa sua negativa por mais dois ou três empregados, conforme declarou a própria reclamada a fls. 26, tendo sido ele o único despedido;

Considerando ainda que a falta dessa hora extraordinária de trabalho, não vinha causar prejuízos materiais à empregadora;

Considerando mais que o empregado em cerca de seis anos de serviços contínuos apenas uma vez recursou um serviço extraordinário e assim mesmo justificou essa recusa (fls. 25);

Considerando por outro lado que a declaração de fls. 9 não merece fé, pois o próprio gerente da firma declara (fls. 26) que despediu o reclamante de forma legal, contradizendo assim as afirmativas das três testemunhas apresentadas e que assinaram a referida declaração, dois como testemunhas e um a rogo de Pompílio Ferreira da Silva;

Considerando que a despedida dessa forma foi injusta;

Considerando que a lei 62, de 5 junho de 1935, assegura ao empregado da indústria ou do comércio quando admitido por tempo indeterminado e despedido sem justa causa, o direito de haver indenização de um mês de ordenado por ano de serviço efetivo ou por ano de fração superior a seis meses, paga na base do maior ordenado que tenha percebido na mesma empresa;

Considerando tudo o mais que nos autos consta:

RESOLVE o Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região, em audiência ordinária realizada aos 5 de janeiro de 1942, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso no sentido de reformar a decisão recorrida e mandar que a firma C. P. Vries de Manaus, pague ao seu ex-funcionário Pompilio Ferreira da Silva a indenização prevista na lei 62, ou seja, 1:050\$0. Custas pelo vencido no valor de 63\$0 (CONSELHO REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, 1942).

Por fim, ao analisarmos este processo percebemos vários aspectos que marcavam e ainda marcam este espaço de disputa entre patrões e trabalhadores. Identificamos as táticas usadas pelo reclamante e pelo reclamado para terem suas demandas atendidas. Observamos que o patronato tentava deturpava ou burlar a legislação social já existente para fazer valer suas ações e, em contrapartida, os trabalhadores através de seus órgãos representativos entenderam a lógica da nova justiça e buscavam seus direitos quando se sentiam lesados.

O acórdão n.º 49 do dia 21 de janeiro de 1942, também merece atenção, pois o reclamante Francisco Figueiredo requeria da massa falida da empresa Caneiro da Mota & Cia. sua indenização por demissão sem justa causa, aviso prévio e férias. A massa falida recorreu da decisão da Junta de Manaus. Esse processo é im-

portante porque ele gira entorno da formação de uma jurisprudência para as decisões futuras da recém criada Justiça do Trabalho. O debate é feito dentro da competência jurídica da Justiça do Trabalho, que foi criada para julgar os dissídios originários das disputas entre empregados e empregadores e no caso deste processo havia a questão da falência da reclamada. Dentro deste contexto o CRT da 8ª Região resolveu nos seguintes termos essa questão:

Considerando que sendo a falência alheia à vontade do empregado, consiste, de acordo com o dispositivo constitucional, despedida sem justa causa;

Considerando que o assim tem entendido os tribunais trabalhistas do país em sua mais recente jurisprudência e a própria Constituição Federal dispõe que o trabalho tem direito a proteção e solicitude especiais de estado;

Considerando que estando caracterizada a despedida sem justa causa e sendo o reclamante estável, tem direito à indenização prevista no art. 1º da lei 62, de 5 de junho de 1935, e mais o aviso prévio de um mês de ordenado e dois períodos de férias;

Resolve o Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região, audiência realizada aos 9 de janeiro de 1942, por maioria de votos, negar provimento ao recurso e manter a decisão recorrida. Custas na forma da lei (CONSELHO REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, 1942).

A decisão final do Conselho Regional da Justiça do Trabalho da 8ª Região é um exemplo do processo de formação da jurisprudência deste novo campo da justiça no país. Apesar da Justiça do Trabalho neste momento inicial ainda estar ligada ao poder executivo e somente após a promulgação da Constituição Federal de 1946 será atrelada ao poder judiciário, este período

formativo anterior a promulgação da CLT será essencial para a construção de uma jurisprudência, que paupará nos anos seguintes todas as decisões deste novo campo jurídico.

Em suma, desde o início de funcionamento da Justiça do Trabalho no Amazonas, os trabalhadores e seus órgãos representativos utilizaram este espaço para lutarem pelos direitos que a legislação social garantia e que grande parte do patronato local não estava disposta a atender. A busca por indenizações, pagamento de férias, pagamento de salários atrasados, pagamento de horas extras e reclamações contra demissões sem justa causa são exemplos das demandas apresentadas da 1ª JCT de Manaus pelos trabalhadores e trabalhadoras locais.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS. Diário Oficial do Amazonas. Manaus, terça-feira, 10 de fevereiro de 1942.

ARAÚJO, Maria Carneiro. Construindo o Consentimento: Corporativismo e os Trabalhadores no Brasil nos anos 30. Campinas: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

BIAVASCHI, Magda Barros. O direito do Trabalho no Brasil (1930-1942): A construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (v. II).

CONSELHO REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO. Livro de Acórdão. Belém: jan./dez. de 1942.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (v.II).

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: O imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FORTES, Alexandre. *O Estado Novo e os Trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano*. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13, n. 2., 2011.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *O pão nosso de cada dia: Trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhistas em Belém (1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MANÁOS, *Correio de Manáos*, domingo, 1 de fevereiro de 1931, ano I, nº 20, reportagem de capa.

MANAUS, *Jornal do Commercio*, sexta-feira, 1 de maio de 1942, ano XXXIX, nº 12.916, capa.

MOREL, Regina Lucia M. e PESSANHA, Elina G. da Fonte. *A Justiça do Trabalho*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, nº 2, 2007.

PARÁ. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, domingo, 18 de janeiro de 1942.

PARÁ. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, sábado, 24 de janeiro de 1942.

VARUSSA, Rinaldo José. *Trabalhadores e a Construção da Justiça do Trabalho no Brasil (Décadas de 1940-1960)*. São Paulo: LTr, 2012.

O ANO QUE NÃO SE COMPLETA: TRABALHADORAS TÊXTEIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO (SANTARÉM-BAIXO AMAZONAS, 1966)

Daniela Rebelo Monte Tristan¹

As fontes deste artigo são seis processos trabalhistas de operárias têxteis demitidas da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém em 1966, que recorreram à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) da cidade de Santarém (PA), pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. A fábrica funcionou de 1965 a 1990, produzindo sacaria, com cerca de 900 trabalhadores no seu auge. As audiências dos processos, as narrativas das reclamantes, do preposto da empresa e das testemunhas, como também outros documentos anexados aos autos, nos possibilitaram compreender aspectos do cotidiano de operárias e operários no chão da fábrica, incluindo suas táticas de resistência, e os recursos da empresa para evitar pagar direitos trabalhistas. Em agosto de 1966, na audiência da operária Maria José Tavares dos Santos, o preposto da empresa afirma:

A reclamante foi dispensada (...) por ter praticado um ato de indisciplina, não somente se recusando a trabalhar como encabeçando um movimento entre as demais empregadas com o objetivo de impedir que as mesmas trabalhassem (PROCESSO Nº 93/66. ARQUIVAMENTO 594).

A operária aceitou a proposta de conciliação, encerrando-se o processo. Assim, nem ela nem suas três testemunhas, um trabalhador e duas trabalhadoras da fábrica, deixaram seus depoimentos, e a questão que se colocava para a pesquisa – *O que levou a operária Maria José, cerca de um ano apenas após o efetivo início da produção na fábrica, a motivar as demais para um*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará-UFPA.

movimento de paralisação? – ficou sem resposta nesse momento. Tudo que conseguimos saber é o próprio fato da ocorrência do movimento, o que em si mesmo é uma informação importante. Aqui nos deparamos com uma primeira mostra daquilo que José Sérgio Leite Lopes (1988) chamou de *microfísica da resistência*: os trabalhadores buscam a JCJ de Santarém com sentimento de injustiça e arrolam como suas testemunhas seus próprios companheiros e companheiras de trabalho, prontos a testemunhar contra a fábrica. O próprio ato de comparecer à Junta para testemunhar é, como observa o autor, um gesto de resistência.

Atribuir indisciplina à operária era conveniente para justificar sua demissão quando ainda não havia completado um ano de serviço. Embasando-se no art. 478 da CLT², o preposto da Tecejuta diz que, em razão disso, “não fez jus a nenhum período de férias e nem também à indenização por antiguidade”.

Maria José começou a trabalhar para a Tecejuta em 31/8/1965 e foi demitida em 22/8/1966, faltando poucos dias para completar um ano e assim adquirir o direito à indenização. Esse uso da lei, a qual, como se vê, ao mesmo tempo que criava um direito retirava-lhe os meios de efetivação, era, além de um meio para redução de custos, também um instrumento não explícito a que a empresa poderia lançar mão para robustecer seu *poder disciplinar*, expressão empregada pelos juízes do trabalho.³

Em setembro de 1966, logo em seguida ao processo de Maria José, chegaram à Junta os dissídios in-

² Art. 478. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 6 (seis) meses. § 1º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

³ Sobre o amparo legal ao poder disciplinar, vale consultar: Negro & Souza, 2013, p. 123-156. Os autores identificam na decretação da lei n. 62, de 5/6/1935, o momento inaugural desse amparo.

dividuais de Ivaneide Quemel, Ana Marli Silva, Maria Helena Araújo, Maria Rosinete Guimarães e Raimunda Lúcia Ferreira, todas elas na faixa dos 20 anos de idade, com tempo de trabalho próximo de completar um ano (PROCESSO Nº 93/66. ARQUIVAMENTO 594). Ana Marli, tecelã, reclamava aviso prévio, indenização, 13º salário, férias e salário retido. Arrolou três testemunhas, e a Tecejuta, duas. Na primeira audiência, o preposto da Tecejuta diz que ela tinha direito apenas ao aviso prévio, como estipula, pois, admitida em 1/10/1965 e despedida em 27/9/1966, não havia completado um ano de serviço (PROC. Nº 109/66. ARQUIVAMENTO 800. fl.7. Audiência em 07/09/1966). Diferentemente do que se viu no processo anterior de Maria José Tavares, Ana Marli não aceita a conciliação, e assim foi marcada uma próxima audiência, possibilitando-nos adentrar ao mundo dessas mulheres na fábrica.

Interrogada, a trabalhadora disse que no dia 20 de setembro foi chamada ao escritório da empresa, onde a pagaram, tendo na ocasião assinado um documento que não lhe foi permitido ler, pois o Sr. Guimarães, da gerência, que lhe apresentou o papel, tinha alegado pressa. Disseram-lhe sem reboços que “era dispensada porque estava para completar um ano de serviço, mas que depois, se a fábrica precisasse da reclamante, mandá-la-ia chamar” (PROC. Nº 109/66. ARQUIVAMENTO 800, fl.21. Audiência em 31/10/1966). Sua narração do ocorrido é ao mesmo tempo uma denúncia de irregularidades da fábrica. Ela comenta que muitas outras operárias admitidas no mesmo período também foram dispensadas por esse motivo e que uma delas se encontrava em estado de gravidez adiantado. Ana Marli também denuncia que, como ela, turmas de mulheres trabalhavam, em revezamento, no turno das 22 às 6 horas da manhã, noturno. Como a CLT proibia

o trabalho de mulheres a partir de 22 h, os nomes das operárias a serem demitidas apareciam sempre em listas referentes a turnos diurnos, de modo que não fossem produzidos documentos que expusessem o descumprimento da lei.

A Tecejuta misturava os sexos em todos os turnos. Esse não era um procedimento generalizado no mundo fabril no país. Em seus estudos sobre a presença feminina na indústria têxtil em Blumenau, Santa Catarina, no período de 1958 a 1968, Cristina Ferreira (2015, p. 42) observou que nos setores em que ambos os sexos tinham que trabalhar havia o cuidado de não misturá-los e que os turnos de trabalho eram distintos, de acordo com o gênero: homens à noite e mulheres de dia.⁴

Anexado aos autos do processo aparece um documento da Tecejuta⁵ com uma lista dos nomes de 49 trabalhadores da turma “A” (38 mulheres e 11 homens), do turno diurno, que seriam demitidos. Nela estava incluído o de Ana Marli, que assim aparecia como se trabalhasse de dia. Como se percebe, só foi possível termos conhecimento dessa lista devido à reclamação de Ana Marli e também a da operária Ivaneide Quemel que buscaram a JCJ de Santarém e assim ensejaram a apresentação do documento pela empresa.

Dois dias depois de Ana Marli, em 23 de setembro, Maria Helena Araújo de Sousa comparece à Junta (PROC. Nº 111/66. ARQUIVAMENTO 829). No processo, também se apresentava, como anexo aos autos, a lista de demissões da turma B (PROC. Nº 111/66. ARQUIVAMENTO 829, fl. 16). Nela constavam 24 nomes,

⁴ Benito Schmidt (2013) encontrou a mesma prática na cidade gaúcha de Novo Hamburgo, no final da década de 1950 e início da de 1960, estudando conflitos trabalhistas numa pequena fábrica de sapatos.

⁵ As folhas 15 e verso, anexadas no processo de Marli, não são as folhas originais do documento da fábrica e sim extraídas por certidão do processo nº 108, arquivamento 684, da operária Ivaneide Quemel.

sendo 19 de mulheres e 5 de homens. As duas listas mostram que o número de demissões de mulheres era bem maior que o de homens. Tudo leva a crer que tenha sido justamente essa política de demissões de trabalhadores próximos de completar um ano de serviço o que motivou a operária Maria José, naquele mesmo ano a recusar-se a trabalhar e encabeçar um movimento de paralisação com as demais companheiras de trabalho. Afinal, próxima de completar um ano, os seus dias, assim os de muitas de suas colegas, estavam literalmente contados na Tecejuta. Um dos motivos para evitar o confronto, o medo da demissão, estava ausente nesse momento. Como se nota, é a política de demissões da fábrica que se dá a conhecer em razão das reclamações feitas à Junta por aquelas mulheres. Voltemos ao processo de Ana Marli, agora examinando a fala do preposto da Tecejuta, que assim justifica a demissão:

... que nessa ocasião também foram dispensados mais de noventa operários, por se achar a reclamada obrigada a isso em face de redução de pessoal em virtude do acúmulo de gênero produzido; que a produção da reclamada estava sendo estocada por não haver mercado (PROC. Nº 109. ARQUIVAMENTO 800. fl. 43. Audiência em 26/12/1966).

O depoimento da outra testemunha de Ana Marli, Ivaneide Quemel, fiandeira, enfraqueceu a fala do preposto da Tecejuta. Foi uma surpresa para nós encontrá-la nesse processo, pois ela, que havia apresentado reclamatória no mesmo dia que Ana Marli, teve seu processo arquivado, atendendo à justificativa dada pela empresa à Junta: “Quemel precisou ir embora do município com urgência, por isso a fábrica fez logo um acordo extrajudicial”. Agora ela aparece como testemunha a favor da colega (PROC. Nº 108. ARQUIVAMENTO 684). Quemel buscou mostrar para a Junta que as demitidas eram as que estavam para completar um ano

de trabalho. Fazendo uma comparação com a situação das outras operárias com menos tempo de serviço, que permaneceram no emprego, ela mostra que não aceita a justificativa de que a dispensa tenha sido por excesso de estoque e falta de mercado (PROC. Nº 109. ARQUIVAMENTO 800. Fl. 43. Audiência em 26 de dez. DEPOIMENTO DO PREPOSTO DA TECEJUTA).

Outra documentação pesquisada foi o processo para aprovação do projeto de instalação da Tecejuta visando acesso aos incentivos fiscais controlados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), corrobora o que dizia Ivaneide. Apenas cerca de três meses antes da fala do preposto, técnicos da autarquia tinham entusiasticamente avaliado que havia mercado “para a Tecejuta e mais cinco fábricas”, como se lê em seu parecer, extremamente favorável, referente à empresa (NÓBREGA, 1966, p. 20). Quemel também esclarece:

... que sabe que a empresa está chamando para o trabalho as operárias que foram dispensadas; que não voltou a procurar a empresa porque teve o conhecimento que as empregadas que viessem reclamar na Justiça do Trabalho, não têm direito a readmissão (PROC. Nº 109. ARQUIVAMENTO 800. fl. 43 e 45 v. Depoimento Ivaneide Quemel).

No depoimento da testemunha da fábrica, a auxiliar de escritório Maria de Lourdes Franco, fica evidente a preferência na dispensa das operárias mais antigas, deixando permanecer apenas as que tinham poucos meses de trabalho (PROC. Nº 109. ARQUIVAMENTO 800. Audiência em 26/01/1967. Depoimento de Maria de Lourdes Franco). Lourdes afirma que a dispensa de Ana Marli ocorreu quando houve um corte de operárias na fábrica e que muitas foram despedidas nessa ocasião. Diz ainda que Ana Marli foi das primeiras operárias da fábrica e que outras, que contavam

apenas três ou quatro meses de trabalho, foram mantidas pela Tecejuta quando a reclamante foi dispensada. Também diz que o critério adotado para a dispensa das operárias foi a maior ou menor produção de cada uma; as que menos produziam eram demitidas porque a empresa precisava aumentar a produção. Lembremos o depoimento do preposto da Tecejuta, afirmando que a redução no número de operários era necessária devido ao excesso de produto estocado. O depoimento da funcionária o contradiz totalmente: se a empresa estava com excesso de produção e precisava reduzir funcionários, por que ela tinha que produzir mais?

Outro ponto que retira fundamento à fala do preposto, mas também ao alegado pela funcionária, é o critério para a dispensa, por ela descrito, pelo qual quem estivesse com menos produção era demitido. Então as operárias que estavam para completar um ano de trabalho, que deveriam já ter maior habilidade com as máquinas, conhecer melhor o processo de produção, discernir quais eram as melhores fibras para serem trabalhadas, eram as que menos produziam, enquanto as com menos tempo de serviço produziam mais? Nenhuma operária tinha aprendido o serviço em outro lugar que não fosse a Tecejuta. Assim, operárias com menos tempo ainda estavam adquirindo experiência, a não ser que tivessem sido readmitidas após demissão anterior.

Colhido o depoimento da funcionária, o juiz Reynaldo Teixeira Fernandes notificou a empresa para apresentar dentro de dez dias o livro, mencionado por Lourdes, em que era anotada a produção diária das operárias. Ele solicitou o livro após ouvir a testemunha dizer que o critério da demissão foi a produção diária. Contudo, em resposta, na audiência seguinte, o representante da Tecejuta disse que:

Os livros de produção individual das operárias (...) não existem, motivo pelo qual não é possível apresentá-lo. Que possivelmente a testemunha Maria de Lourdes Franco confundiu mapas de produção que são colecionados em pastas volumosas com livros de produção individual (PROC. Nº 109. ARQUIVAMENTO 800. Audiência em 22/02/1967, fl. 50).

Como a funcionária havia explicado que o critério da dispensa era o volume individual de produção, a empresa não poderia, sem prejudicar sua versão, apresentar documentos que o registrassem. Caso o fizesse, a Junta provavelmente iria comprovar que o motivo das dispensas não era a menor produção, e sim o fato de as operárias estarem para completar um ano de serviço. A recusa, como se percebe, valia por uma confirmação disso. É óbvio que a empresa tinha o registro da produção individual de cada operária, caso contrário não poderia fazer o pagamento pela produção, nem saber quem estava produzindo mais ou produzindo menos. A operária Maria Arlequim, que era justamente responsável por anotar a produção de cada operária e operário em sua máquina, confirma, em entrevista concedida a esta pesquisadora, o registro individual da produção: “Todas as máquinas tinham relógio, então quanto mais aquele tecelão produzia, aquele relógio ia contando”.⁶

Na sentença, o juiz, embora reconhecendo a injustiça da demissão, considerou improcedente a reclamação, por falta de amparo legal. Ao fazê-lo, patenteia que lei e justiça são coisas diferentes. A lei não coíbia a injustiça. Criava um direito que não poderia ser exercido, se isso fosse conveniente à empresa.

Três dias depois de Ana Marli, em 26 de setembro, é Maria Rosinete Guimarães que comparece à Jun-

⁶ Maria Arlequim, 55 anos, tecelã, depois funcionária responsável por aferir a produção. Entrevista concedida em junho de 2010.

ta. Ela traz o mesmo objeto de reclamatória; a diferença foi a inclusão das horas extras trabalhadas e das férias. Maria Rosinete arrola como testemunhas duas operárias que já conhecemos: Ivaneide Quemel e Maria José Tavares dos Santos – ambas com processos já encerrados. Como se constata, elas se mostravam solidárias à sua companheira de trabalho: mesmo já tendo resolvido suas reclamatórias na justiça, agora se colocam ao lado da companheira e denunciam as irregularidades da Tecejuta.

Quando examinamos o processo da operária Maria José não conseguimos prosseguir com a análise, pois logo na primeira audiência houve uma conciliação e tudo se encerrou ali. Sabíamos que sua demissão tinha sido em decorrência de uma pena disciplinar de suspensão por estar encabeçando um movimento de paralisação na fábrica. Isso soubemos apenas pelo depoimento do preposto da Tecejuta. Assim, poderíamos especular os possíveis motivos da paralisação somente com base em informações presentes em outros processos. Mas em dezembro, cerca de quatro meses após o encerramento de seu processo, Maria José volta a aparecer nos documentos da Junta, agora como testemunha.

Nas audiências das operárias, Maria Helena Araújo de Sousa (PROC. Nº 111. ARQUIVAMENTO 829) e Raimunda Lúcia Ferreira (PROC. Nº 119. ARQUIVAMENTO 810), que tinham como objeto de reclamação aviso prévio, indenização, 13º salário, férias (em dias diferentes, pois os processos foram individuais), o preposto fez a defesa da Tecejuta respaldado nos mesmos pontos da CLT evocados nos processos anteriores: basicamente os artigos 487 e 478, que dão amparo legal para as demissões das operárias. Durante as audiências, ambas informam que estão grávidas.

O juiz determinou que a Junta elaborasse um ofício a ser apresentado pelas operárias ao diretor do

hospital público local, requisitando-lhe que a examinasse para determinar se estava grávida e a época do provável parto. Maria Helena tem a reclamatória declarada procedente, pois quando foi demitida já tinha oito meses de gravidez, mas a de Raimunda Lucia é declarada improcedente, pois não atingiu o tempo de trabalho que daria direito à licença-maternidade.

Considerações finais

A Tecejuta não permitia que os trabalhadores completassem um ano de serviço porque depois disso estariam amparados pela CLT. Tudo nos leva a entender que era política da empresa demitir antes que tal pudesse acontecer: demitiam e depois readmitiam, pois, as operárias e operários demitidos eram mão de obra treinada e teriam uma produção melhor que um aprendiz. Se houvesse realmente superprodução e mercado escasso, a fábrica não readmitiria logo em seguida à demissão. Readmitir apenas operários que não reclamassem à Junta era uma tentativa de ganhar o silêncio das trabalhadoras e trabalhadores que guardavam a esperança de ser chamados pela empresa e retornar a sua função na fábrica, como aconteceu com vários que silenciaram. Contudo, graças às lutas das operárias que buscaram seus direitos na Justiça do Trabalho, o procedimento da empresa pôde ser conhecido pela Junta e por uma historiadora. Nota-se que a empresa, com pouco mais de um ano de funcionamento (iniciado em agosto de 1965), já agia com base numa política de pessoal pela qual se buscava evitar a permanência contínua do trabalhador, dispensando e readmitindo, a fim de reduzir custos com direitos. Outro aspecto a se destacar é a evidente solidariedade que se construiu entre as operárias já nesse início de funcionamento da fábrica mesmo algumas que tinham aceito a concilia-

ção com a empresa, posteriormente prontificavam-se a testemunhar a favor de suas colegas.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Cristina. Nas malhas da história: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero, Universidade de Brasília, MTC/CNPq, 1988.

NEGRO, Antonio Luigi; SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. Que “Fosse procurar os seus direitos” – Justiça do Trabalho: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira (Org.). A Justiça do Trabalho e sua história: direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 123-156.

NÓBREGA, Silvino Catalice; MENDES FILHO, Sebastião Rabello; MONTEIRO FILHO, José Ribamar. Parecer n. 170/66. Processo SP-VEA n. 02851/66. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Belém, 20/6/1966.

SCHMIDT, Benito Bisso. A sapateira insubordinada e a mãe extrema: disciplina fabril, táticas de gênero e luta por direitos em um processo trabalhista (Novo Hamburgo-RS, 1958-1961). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Org.). A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2013, p. 157-199.

**EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO A PARTIR DE
ARTIGOS NOS PERIÓDICOS SUDAM DOCUMENTA, REVISTA ECONÔMICA
DO BASA E CADERNOS NAEA (1969 A 1983)**

Tayanná Santos de Jesus Sbrana¹

Introdução

O desenvolvimento amazônico tem sido analisado ao longo do tempo, pensado nos termos de sua implementação, identificação, significação e crítica. Contemporaneamente, podemos entender esse processo duradouro e contraditório como uma *necessidade* presente no imaginário social², como uma realidade ainda não efetivada e, portanto, em constante evocação a partir de diversos agentes sociais. Essas pessoas, em suas trajetórias e lugares de enunciação, partilham dos sentimentos comuns de nossa época, e acionam distintos capitais em lutas por significação (BOURDIEU, 2011). Nesse trabalho, nos interessam o que escreveram os *agentes acadêmicos*, pessoas vinculadas ao campo do Estado a partir de instituições de pesquisa, ensino e construção de projetos de desenvolvimento, em suas construções de sentido, numa disputa que condiciona uma específica concepção de desenvolvimento, durante o período 1964-1985³.

¹ Doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA), pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA – Centro Membro CLACSO), do Grupo de Trabajo Fronteras, Globalización y Regionalización (CLACSO) e participante do Grupo de Trabalho História do Tempo Presente (CNPq). Financiamento: CAPES.

² Compreendemos imaginário social como uma tradução histórica de sentimentos coletivos, portanto, referente a uma época e realizada por agentes no tempo. Para a discussão a respeito de imaginário, ver Franco Júnior (2010).

Para um debate ampliado acerca do desenvolvimento, ver Escobar (2007).

³ O presente artigo é parte de nossa pesquisa de doutoramento, orientada pelo Prof. Dr. Pere Petit, em construção.

Uma forma de compreender as traduções do desenvolvimento amazônico é observar como ele tem sido descrito a partir de instituições responsáveis por sua implementação no processo temporal. Nos ocuparemos de três lugares: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco de Desenvolvimento da Amazônia S.A. (BASA) e o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – três instituições situadas no campo do Estado, cujos agentes transitaram em seus espaços, assumindo distintas atribuições conforme seu posicionamento no campo, contudo, sem afastarem-se de seu objetivo central de ação: a construção do desenvolvimento.

Analisaremos escritos de agentes acadêmicos em três periódicos referentes aos órgãos citados: *Sudam Documenta*, *Revista Econômica do Basa* e *Cadernos NAEA*, publicadas no período de 1969 a 1983, portanto, durante a Ditadura Militar brasileira. As três instituições não apresentavam apenas a análise, as propostas e a execução de projetos de desenvolvimento, mas duas delas eram promotoras e financiadoras dos projetos: SUDAM e BASA. O NAEA, por sua vez, tinha uma função de análise e pensamento a partir de parâmetros amazônicos, compreendendo a Amazônia em sua característica global (MENDES, 2018). Os técnicos alocados nessas instituições, em várias situações eram as mesmas pessoas, num trânsito em comum referente à construção de conhecimentos e ações em prol do desenvolvimento amazônico. A *Sudam Documenta* e a *Revista Econômica do Basa* tinham circulação interna, podendo chegar a espaços externos, como bibliotecas. A *Cadernos NAEA*, por sua vez, tinha circulação externa, alinhada com as concepções referentes à divulgação de ciência e tecnologia no período enfocado. Os temas escolhidos para a análise dos artigos são ciência, tecnologia e floresta amazônica – este último sendo

observado pelo viés da transformação da floresta por meio de processos de desenvolvimento⁴.

A partir dos temas, abordaremos dois enfoques: a *racionalização* dos processos de desenvolvimento e o da carência de técnicos, de mentalidade empresarial e de interesse do povo nos processos de desenvolvimento, todos presentes na documentação e aqui descritos em seus próprios termos. Os dados nos permitem compreender as complexidades do desenvolvimento amazônico, assumindo características diversas no período e narrado a partir dos lugares sociais de seus autores e dos interesses em disputa. Num universo de três periódicos e 110 escritos, dentre apresentações e artigos, escolhemos 10, observando os limites do formato artigo. São eles:

Figura 01 - Artigos analisados

REVISTA	AUTORIA	ARTIGO	ANO
<i>Sudam Documenta</i>	Fernando Costa Silva	Tecnologia, industrialização, educação	1969
	Clara Pandolfo	Floresta Amazônica: possibilidades de exploração econômica	1969
	Sebastião Rabello Mendes Filho	Sugestões para uma política científico-tecnológica para a Amazônia	1969
	Paulo de T. Alvim	Desafio agrícola da região amazônica	1973
<i>Revista Econômica do BASA</i>	José Marcelino Monteiro da Costa	Pecuária: setor estratégico à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia	1971
	Armando Dias Mendes	A Amazônia e o extrativismo	1971
	Nelson de Figueiredo Ribeiro	Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica	1971
	Catharina Vergolino Dias	O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)	1971
<i>Cadernos NAEA</i>	Jean Hébette	Ciência e tecnologia para a Amazônia?	1983
	Tereza Maria F. Ximenes Ponte	Reapropriação da ciência pelo povo	1983

Fonte: a própria autora, 2020.

4 Os exemplares das revistas estão circunscritos aos seguintes períodos: *Sudam Documenta* – 1969 a 1979, com 19 volumes; *Revista Econômica do Basa* – 1970 a 1972, com 6 volumes. Analisamos apenas o número 7 da *Cadernos NAEA*, de 1983, por não termos tido acesso aos demais devido à pandemia de COVID 19 em vigência desde o início de 2020 no Brasil. Os exemplares das outras duas revistas nos foram enviados digitalizados pelas bibliotecárias da SUDAM.

Pensar o desenvolvimento

Desenvolvimento, conforme Gustavo Esteva (2000, p. 38), “ocupa a posição central de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não existe nada na mentalidade moderna que possa ser comparado a ele como força condutora do pensamento e do comportamento”. Utilizamos, no vocabulário corrente, suas mais distintas conotações, porém, a principal significação evocada para a palavra hoje é a de transformação daquilo que está num estágio “inferior” ou “ruim” para algo “superior” ou “melhor”. Conforme o autor, “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, privando aos povos de culturas diferentes da oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p. 39). Pensando na realidade amazônica, observe-se que há uma constante em perceber o espaço como *vazio demográfico* (PORTO GONÇALVES, 2015), contraposta, no plano dos projetos de intervenção capitaneados por governos e empreendimentos, com a noção de vocações *naturais*⁵.

A intervenção do Estado brasileiro na economia nacional foi sendo ampliada a partir da década de 1930, em decorrência da “crise econômica internacional e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos (...) [que] favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais, (...) estimulando o processo de industrialização pela via da substituição de importações” (PETIT, 2018, p. 96). O crescente incremento do Estado na economia, acompanhado pela Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPAL), contribuiu para a formulação do nacional-desenvolvimentismo, modelo que tinha como base o incentivo à industrialização e a mo-

⁵ A esse respeito, ver Sbrana (2017).

dernização de atividades primárias, a fim de “superar o atraso e a *situação periférica* do país no mundo” (ibidem, p. 99).

Na década de 1950, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea, em 1953) e da Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene, em 1959), objetivaram estimular a modernização das atividades agropecuárias e fomentar novas indústrias nos espaços abrangidos por estes órgãos, pondo em prática planos de desenvolvimento econômico.

Durante a Ditadura Militar, outras ações foram responsáveis por intensificar e transformar tais processos, assumindo um caráter de modernização conservadora (MOTTA, 2015). Destaca-se que o Banco de Crédito da Amazônia foi substituído pelo Banco da Amazônia S/A (BASA, em 1966), e a Spvea pela Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), em 1966. Outras intervenções puderam ser realizadas a partir da Operação Amazônia (1966 a 1967) e da elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967 a 1971). Tais projetos eram vistos também como um *problema geopolítico*, inseridos numa “necessidade de estimular as atividades econômicas e ocupação humana da Amazônia (...) para garantir a posse desse imenso espaço vazio” (PETIT, 2018, p. 103).

Significativamente, o Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1972 a 1974, e as diretrizes do II PND, de 1972 a 1974, consolidaram a execução de grandes projetos para a Amazônia. Delineou-se uma continuidade das políticas de crescimento anteriores, a partir das quais “o governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se ‘acima’ de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos

melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados” (SKIDMORE, 2000, p. 183).

Para as universidades e centros de pesquisa essas mudanças favoreceram a “racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação” (MOTTA, 2015, p. 15). Nesse contexto, foi criado o NAEA e, outras instituições, já existentes, como o Museu Paraense Emílio Goeldi, condensaram junto às novas um esforço de ampliar o nível de compreensão e, a nosso ver, legitimação dos processos de implementação do desenvolvimento da Amazônia, servindo de base para a construção de um consenso em torno da constituição de grandes projetos como meio de alcançar a transformação tão evocada para a região.

Racionalização dos processos

É nesse contexto que estão inseridos os agentes acadêmicos que escreveram nos periódicos *Sudam Documenta*, *Revista Econômica do BASA* e *Cadernos NAEA*. O tema da racionalização dos processos pode ser entendido como uma associação entre racionalizar e transformar fenômenos, sociedades e grupos humanos que estejam num estágio “inferior” de desenvolvimento para um estágio “superior” ou “melhor”. Apresentaremos essa perspectiva para entender o contexto dos debates aqui analisados⁶.

Racionalizar seria transformar por meio do incremento tecnológico, da mudança de hábitos, do incentivo à construção de novos modos de pensar e agir, considerados adequados ao novo mundo desenvol-

⁶ Não falaremos da trajetória individual dos agentes, apenas indicaremos sua ocupação profissional no período de escrita do texto analisado.

vido que precisaria ser desenhado para a Amazônia. Vale destacar que, nos anos 1970, a ciência passa a ser compreendida cada vez mais como ciência e tecnologia (C&T), alinhada com os objetivos do Estado e, especialmente, de instituições de pesquisa trabalhando a partir das diretrizes desse Estado que seria o responsável pela criação dos processos de desenvolvimento. Nos anos 1980, com a ascensão do modelo neoliberal, a iniciativa privada tornou-se grande promotora desses processos, presente na execução de pesquisas científicas, aumentando o número de instituições privadas de pesquisa e uma série de condicionamentos para esses estudos (ÁVILA, 2019).

A ciência e a tecnologia, para o mundo amazônico, serão as principais chaves de transformação. O desenvolvimento da Amazônia passava por sua produção, e isso pode ser percebido também pela constituição de instituições locais de pesquisa, como o NAEA. A Ditadura Militar, por sua vez, apostando na constituição de um Brasil desenvolvido, promoveu políticas de C&T como forma de alcançar esse objetivo. Os escritos dos agentes acadêmicos estão permeados por tais questões.

Para Fernando Costa Silva⁷ (1969, p. 51), uma “maior racionalização dos processos produtivos tradicionais” estaria associada à sua modificação “com base no aproveitamento de matérias primas locais”. Clara Pandolfo⁸ (1969, p. 60), numa defesa da exploração econômica da floresta, rogava ao empresariado amazônico que respondesse ao órgão de desenvolvimento, congregando-se “em termos de efetivar esse arrojado empreendimento, que assinala a 1^a iniciativa para o aproveitamento global da floresta, indubitavelmente a solução mais viável para que essa floresta venha atin-

⁷ Engenheiro industrial e metalúrgico, técnico assessor do Departamento de Incentivos da SUDAM.

⁸ Química e diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM.

gir a plenitude de sua expressão econômica”.

Para viabilizar essa transformação considerada grandiosa, Sebastião Rabello Mendes Filho⁹ falava da possibilidade de criar um Instituto de Tecnologia da Amazônia, congregando órgãos já existentes, buscando um desenvolvimento que “consulte amplamente as necessidades socioeconômicas, as realidades e os aspectos prospectivos da região, de modo a orientar a pesquisa para aqueles mais amplos objetivos de desenvolvimento nacional” (MENDES FILHO, 1969, p. 114). Esse “esforço cooperativo, de tão imensa escala, que tem permitido à Amazônia conservar-se” poderia torná-la útil para o Regime, criando “no amazônida, a mística da pesquisa técnica e científica”, tornando a Amazônia *cada vez mais brasileira* (ibidem, p. 116). As iniciativas integradas surgem ao longo dos artigos como um caminho viável para esboçar uma orientação desenvolvimentista para a Amazônia em consonância com os objetivos brasileiros. Fazendo uma série de questionamentos a respeito da *inferioridade amazônica*, Paulo de Tarso Alvim observava que não acreditava...

... na possibilidade de planejar com segurança o desenvolvimento agrícola da região amazônica (...) sem antes contarmos com instituições de pesquisas e de assistência técnica de alto nível, capazes de fornecer os subsídios indispensáveis para por fim ao lamentável estado de atraso da agricultura e às condições de pobreza em que vivem as populações daquela região (ALVIM, 1973, p. 51).

A narrativa apresenta uma crença compartilhada de que a ciência e a tecnologia alcançadas por intermédio das instituições e da atuação de técnicos seriam a resposta para os problemas do “atraso amazônico”, exemplificado pela permanência de modos ditos ultrapassados de viver, associados ao extrativismo e,

⁹ Técnico em Desenvolvimento Econômico e chefe da Divisão de Indústria e Comércio do DIE/SUDAM.

especialmente, às “arcaicas” formas de vida ligadas à floresta, como de camponeses, ribeirinhos e povos indígenas. Ciência e tecnologia seriam a cura para esses *males*.

Pensando no extrativismo monocultor ainda existente na região, Armando Dias Mendes¹⁰ propunha a diversificação de sua produção, vista como uma “exigência social” e uma “necessidade econômica”, com o intuito de “livrar a região dos conhecidos inconvenientes da monocultura. Essa diversificação encontrará facilidades aparentemente maiores do que as do setor borracha em outros ramos de atividade. Considerada em suas dimensões mais amplas, pressupõe um mais largo conhecimento da realidade regional” (1971, p. 6).

Na análise de Nelson de Figueiredo Ribeiro¹¹, a educação assume o papel de protagonista na racionalização dos processos. Não como educação tradicional, nos termos do autor, mas como *bem de consumo e investimento*, estando no “plano de uma arte ou ciência voltada como maximização do aproveitamento do homem”, considerada um “recurso socioeconômico do desenvolvimento”. Planejar o desenvolvimento passava pelo planejamento educacional, devendo “vincular-se ao sistema produtivo da Região e ao aperfeiçoamento dos seus serviços econômicos, políticos e sociais” (1971, p. 44). Além disso, todos os sistemas educacionais deveriam ser revistos para “injetar-lhes o sentido ecológico e a concepção desenvolvimentista”, tendo por função transformar o discente “em um ‘produto novo’, adequado ao ambiente em que vai atuar, (...) intrinsecamente vinculado ao contexto da problemática regional” (Ibidem, p. 45).

O fomento à ciência e à tecnologia deveria ser pensada nos termos amazônicos, portanto, a partir

¹⁰ Técnico em planejamento.

¹¹ Sub-reitor da Universidade Federal do Pará e técnico em administração.

de instituições locais com uma visão em consonância com os objetivos gerais do Brasil. Mas também seria um processo de transformação do próprio povo amazônico, dotando de sentido onde esse carecia, ou seja, construindo realidades no dito vazio. Passemos ao próximo item.

O signo da falta

Nos escritos analisados, observamos a recorrência desse tema e sua abrangência: não apenas a falta de iniciativas de desenvolvimento para a região, de modo geral, mas de técnicos, de expertise, de iniciativa empresarial e de interesse do povo no desenvolvimento. Falta também de uma identificação da Amazônia com os interesses nacionais – e essa posição apresenta variadas nuances, inclusive críticas à distinção entre Brasil e Amazônia presente em falas de agentes do Estado. Fernando Costa Silva condensou em seus escritos a amplitude do signo da falta:

De um lado, temos a total falta de interesse pelo povo, ou em outras palavras, a população no seu termo mais amplo não se identifica com este tipo de problema. Também no setor privado, as indústrias não têm maiores interesses, muitas vezes por inteiro desconhecimento, falta de formação empresarial, ou então por insuficiência de recursos financeiros. Pode-se identificar ainda uma falta de tradição e cultura tecnológica inerentes, decorrência explicável a partir da formação de nossa própria estrutura social. Por outro lado, faltam às universidades pessoal científico e técnico que possibilite o desempenho das tarefas de educação e pesquisa pois, para tanto, é necessário que se disponha de tecnologistas de alto nível (SILVA, 1969, p. 52).

Como sanar essas carências? Os *tecnologistas de alto nível* deveriam ser criados na região, aliando C&T a um conhecimento da realidade local. O problema

deveria ser atacado na base, com a formação do “elemento técnico”, a “reestruturação das Universidades (...) ao delegar a elas as tarefas de levantamento e interpretação dos recursos naturais hoje ligadas aos órgãos de planejamento e/ou aos bancos de fomento” (SILVA, 1969, p. 51). A função dessas últimas, nessa arrojada tarefa, seria a de “criar, adaptar e aprimorar tecnologias”, educando “de forma direta e indireta, científica e tecnicamente” (ibidem).

Para Mendes Filho, a política nacional de ciência e tecnologia incorria numa falha ao conceder “pequeno apoio ao exercício das atividades do inventário e da possibilidade de aplicação prática de sua descoberta e invento, tendo em vista as necessidades nacionais e regionais” (1969, p. 113), o que poderia ser superado a partir de uma cooperação entre o NAEA e seu instituto equivalente na Universidade Federal do Amazonas. Ou seja, faltavam incentivos, bem como o interesse nacional em criar meios de prover a região de sua própria iniciativa em ciência e tecnologia em prol do desenvolvimento.

Contudo, a falta desses processos estaria atrelada, na visão de alguns autores, a condições locais, como a persistência do extrativismo monocultor, já referida. Para Armando Dias Mendes (1971, p. 5), o “extrativismo amazônico” seria “tecnicamente obsoleto, economicamente pouco produtivo e socialmente desumano”, com ultrapassados métodos que poderiam ser aperfeiçoados:

Na maioria dos casos o seringal não é autossuficiente nem mesmo nos itens básicos de alimentação de sua população. Alega-se, por um lado, a incompatibilidade de horários e métodos de trabalho entre a atividade agrícola e extrativista. Por outro lado, não será menor o obstáculo da **mentalidade** extrativista (...). O extrativismo também isola o homem da civilização e condena-o a uma vida degradante (MENDES, 1971, p. 6).

Como efeitos, o extrativismo promoveria analfabetismo, incultura, doença, deterioração dos costumes e dependência do barracão, gerando os “escravizados do sistema”. Promover o desenvolvimento seria ultrapassar essas carências, encontrando resistências, especialmente “a das estruturas mentais alicerçadas durante séculos na prática predatória da natureza, na reprodução rápida do capital empregado, no seu consumo suntuário e desperdício” (MENDES, 1971, p. 6). Tais processos criavam uma “sociedade politicamente débil”, necessitando da “formação de líderes para a sociedade amazônica” a fim que de que pudessem disputar com os pares do Centro-Sul nas arenas do planejamento do desenvolvimento brasileiro (RIBEIRO, 1971, p. 43).

Tecendo críticas aos processos de constituição do desenvolvimento a partir de uma aceitação tácita de imposições advindas de interesses exógenos, questionava Jean Hébette¹² (1983, p. 171): “... não poderia o processo irreversível de avanço tecnológico pelo qual devem também passar o Brasil e, no Brasil, a Amazônia, originar formas diferentes de cultura material e espiritual, sustentadas por uma constelação tecnológica que lhe seja apropriada?”. Note-se que o autor não nega a tecnologia como uma ferramenta para a transformação da Amazônia nos termos do desenvolvimento, contudo, pergunta pelas bases e propósitos locais dessa tecnologia – crítica que surge com maior frequência nos escritos após 1980, demonstrando, a nosso ver, uma modificação na forma de entender o desenvolvimento perpassada pelas observações dos resultados dos grandes projetos já implementados. Para ele,

Se a tecnologia dominante no mundo capitalista é questionada nos próprios países onde ela foi elaborada para atender aos seus interesses, não seria

¹² Economista.

ainda mais imprescindível questioná-la numa região onde ela não emerge de necessidades internas da sociedade, sendo adotada pura e simplesmente por imposições e interesses externos? (HÉBETTE, 1983, p. 174).

Pensando na “culpabilização” às populações locais pela carência de desenvolvimento, Tereza Maria F. Ximenes Ponte¹³ dizia que a agricultura de subsistência estava baseada no trabalho familiar com a terra, resultante de um “conhecimento acumulado por aqueles agricultores, que historicamente vem se reproduzindo há mais de um século. São eles os grandes produtores de alimentos de nosso Estado”. Para a autora, criticava-se “sua produtividade, alegando-se ser ‘baixa’, e que sua tecnologia é ‘ultrapassada’, mas não se explica ‘baixa’ e ‘ultrapassada’ com relação a que” (PONTE, 1983, p. 143).

Nesse sentido, também buscava compreender esse processo de transformação do mundo amazônico pela ciência e pela tecnologia, realizando uma crítica à sua finalidade naquela realidade:

Seria absurdo rejeitar o avanço tecnológico, mas igualmente desastroso é acreditar que com uma tecnologia devidamente aplicada solucionaremos nossos problemas”, porém seria uma simplificação e ingenuidade admitir que “apenas pela adoção de uma tecnologia nacional nossos problemas serão resolvidos (ibidem, p. 145).

¹³ Assistente social.

Considerações finais

Esses textos, escritos num período de catorze anos, nos permitem observar a duração dos processos de transformação da Amazônia a partir dos termos do desenvolvimento. Vazio demográfico, sem tecnologistas de alto nível e carente de um sentido, porque composta por inúmeras faltas, uma visão a respeito da Amazônia ultrapassa o recorte desse artigo e chega até nós: ainda hoje buscam-se soluções para o dito atraso amazônico e o pretenso isolamento da região em relação ao Brasil. No âmago dessa visão, uma construção desenvolvimentista que hierarquiza sociedades e coloniza ações e pensamentos.

“Aumento de produtividade e sua distribuição mais equitativa” (SILVA, 1969, p. 50); “movimento de encontro da Amazônia, com a introdução do progresso tecnológico” (MENDES FILHO, 1969, p. 115); “processo típico de interiorização [que] promoverá o equilíbrio do modelo nacional de desenvolvimento” (COSTA, 1971, p. 63). Algumas definições de *desenvolvimento e desenvolvimento amazônico* presentes nos escritos analisados dão conta da amplitude da tarefa desenvolvimentista: transformar, romper, modificar. Em suma, tirar uma região, um povo, de seu estado atrasado de existência, chegando ao que propunha Catharina Vergolino Dias¹⁴, remetendo aos objetivos dos governos militares (1964-1985): com um governo central forte, entrosamento ministerial e *know how* nacional e regional, no fim do século XX estaria o Brasil “no rol dos países desenvolvidos” (DIAS, 1974, p. 56).

O desenvolvimento, como parte do imaginário de nossa época, nos impede de pensar fora dos termos do progresso, de quem é filho. Inclusive a crítica parte de seus termos: ninguém quer falar contra o desen-

¹⁴ Geógrafa.

volvimento, pois ele tornou-se quase uma divindade, uma salvação secularizada. Como historiadores, nos acostumamos a pensar outros imaginários de épocas e lugares passados. Nesse texto, timidamente, perguntamos: será que estamos agindo como catequistas nativos do desenvolvimento¹⁵ quando aceitamos, sem questionar, a narrativa com começo, meio e uma proposta de fim, ainda por se fazer, que insiste em evocar o desenvolvimento como única realidade possível?

Esse artigo, de forma geral, buscou enunciar uma necessidade, para além da concepção vigente de desenvolvimento: precisamos pensar as implicações políticas e ideológicas do fazer científico amazônico nas décadas de 1960, 1970 e 1980, para compreendermos de que forma foram estabelecidos argumentos que propiciaram, contraditoriamente, a consolidação e a crítica em torno de um consenso, que chamamos de *consenso desenvolvimentista*. Nosso trabalho é um texto inicial, exploratório que, em suma, trata de um convite à pesquisa, à investigação de nossas narrativas e à composição de dissidências dentro de processos fortemente arraigados.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Paulo de Tarso. Desafio agrícola da região amazônica. *Sudam Documenta*. 1972/1973, 4, (1/4), out./set. Belém: Sudam, pp. 49-61.

ÁVILA, Gabriel da Costa. *Ciência, objeto da História*. São Paulo: Alameda, 2019.

BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

¹⁵ Termo utilizado a partir de Homi Bhabha (1998, p. 62), para identificar as pessoas que, estando inseridas na realidade local que será objeto da ação do poder a fim de transformá-la em outra coisa, assumem o papel de convencimento dos seus iguais, tornando seus os interesses da supressão.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 11^a ed. 2011.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Pecuária: Setor Estratégico à Ocupação e ao Desenvolvimento da Amazônia. Revista Econômica do BASA. Belém: BASA, v. 1, n. 2, jan./abril, 1971, pp. 47-55.

DIAS, Catharina Vergolino. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974). Revista Econômica do BASA. Belém: v. 1, n. 4, set./dez., 1974, pp. 55-68.

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO JR., Hilário. Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HÉBETTE, Jean. Ciência e Tecnologia para a Amazônia? In: HÉBETTE, Jean (coord.). Ciência e tecnologia para Amazônia. Belém: UFPA / NAEA, 1983.

MENDES FILHO, Sebastião Rabello. Sugestões para uma política científico-tecnológica à Amazônia. Sudam Documenta. Belém: Sudam, v. 2, n. 4, jul./set., 1971, pp. 109-118.

MENDES, Armando Dias. A Amazônia e o extrativismo. Revista Econômica do BASA. Belém: v. 1, n. 3, mai./jun., 1971, pp. 5-7.

MENDES, Armando Dias. Entrevista. In: MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. As universidades e o Regime Militar. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed. 2015.

PANDOLFO, Clara. Floresta Amazônica; possibilidades de exploração econômica. Sudam Documenta. Belém: v. 1, n. 1, out./dez., 1969, pp. 54-60.

PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da SPEVEA à Nova República. Revista Territórios & Fronteiras. Cuiabá: vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018.

PONTE, Tezeza Maria F. Ximenes. Reapropriação da ciência pelo povo. In: HÉBETTE, Jean (Coord.). Ciência e tecnologia para Amazônia. Belém: UFPA / NAEA, 1983.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 3ª ed. 2015.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica. *Revista Econômica do BASA*. Belém: BASA, v.1, n.4, set./dez., 1971, pp. 41-53.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. “E deu nome a todas as coisas”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SILVA, Fernando Costa. *Tecnologia, Industrialização, Educação*. *Sudam Documenta*. Belém: v. 1, n. 1, out./dez., 1969, pp. 49-52.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EXPERIÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ, NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Airton dos Reis Pereira¹

No sul e no sudeste do Pará, assim como em grande parte da Amazônia brasileira, durante muito tempo a população local habitava as áreas próximas dos rios. Ali, em diferentes formas, combinavam a sua roça e a criação (porco, galinha, gado, animais silvestres etc.) com a pesca, a caça e o extrativismo vegetal (castanha-do-pará, açaí, bacaba, cupuaçu, palmito, etc.). Caçavam para o sustento e para negociar as peles no comércio. Caçavam além do veado, capivara e paca, gatos jaguatirica, onças, caititus. Com base em uma tecnologia simples, o trabalhador a sua lavoura. Roçava e derrubava a floresta ou a capoeira, queimava e plantava a semente. Sempre trocava de lugar enquanto o antigo roçado ficava em pousio para novamente poder plantar. Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem. Praticamente não existiam “donos de terra”. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam “latifúndios”. A divisa entre uns e outros não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. Mas não existiam “donos de terra”.

Famílias que chegaram a atravessar os rios Araguaia e Tocantins, vindos do Maranhão ou do norte de Goiás (hoje estado do Tocantins), nas décadas de 1940 e 1950 às vezes constituíam *centros* como estratégias de sobrevivências. Esses centros, embora não se localizassem “na beira”, não eram distantes dos rios. Morava-se “na beira” (dos rios) e trabalhava-se nos “centros”

¹ Doutor em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e professor Adjunto I, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá.

(da mata). Com o tempo, esses centros tornaram-se vilas, povoados, cidades com foi o caso da vila Santa Rita, hoje no município de São João do Araguaia, e Brejo Grande, hoje sede do município de Brejo Grande do Araguaia.

Mas na “beira”, às margens dos rios, diversos aglomerados de camponeses também se tornaram vilas, povoados e cidades, como foi o caso de Santa Cruz, Santa Isabel, Apinagés, São Raimundo do Araguaia e São Geraldo do Araguaia. Eram os rios que definiam o ritmo econômico e social dessa parte do território amazônico. O cotidiano de homens e mulheres quase sempre era determinado pelas águas. Elas possibilitavam o trabalho, a alimentação, o lazer, mas também os caminhos. Os rios Araguaia e Tocantins eram os principais e mais baratos meios de comunicação entre as cidades de Marabá e Conceição do Araguaia e a capital do estado ou a cidade de Imperatriz, no Maranhão. As transações comerciais entre estas localidades, normalmente, eram efetivadas por embarcações a remo ou a motor: transporte lento e difícil.

Mas a partir do final dos anos de 1960 essa configuração passou a mudar. As águas deixaram de ser preponderantes como vias de comunicação quando foram suplantadas pelas estradas. As aberturas das rodovias PA-70 (hoje BR-222), no final da década de 1960, e da Transamazônica (BR-230) e da PA-150, no início da década seguinte, permitiram ligar e integrar o Norte ao Nordeste e ao Centro-Sul do país por meio rodoviário, mudando o ritmo do lugar e lhe impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidades e de vivências. Conforme a abertura dessas estradas avançava, vilas e povoados surgiam. Casas de comércio e bancos eram apressadamente edificadas para atender os migrantes que chegavam quase todos os dias.

Muitos comerciantes e empresários formaram

fazendas para criação de gado bovino e montaram serrarias para a exploração de madeiras, em especial o mogno, com vultosos recursos de incentivos fiscais provenientes dos projetos agropecuários, aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As cidades de Redenção, Rio Maria e Xinguara, por exemplo, surgiram em razão da instalação desses empreendimentos agropecuários e madeireiros. Mas, à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros constituíam as suas propriedades, trabalhadores rurais, que chegavam de diversas partes do Brasil, estimulados pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal para a Amazônia, disputavam com eles a posse da terra. Nas proximidades de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São João do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, além das terras devolutas, diversas áreas com títulos definitivos ou de aforamentos,² com mais de 3.000 hectares cada, passaram a ser ocupadas, por trabalhadores rurais. Esse movimento de ocupação da terra dos primeiros anos da década de 1970 acentuou-se nas décadas de 1980 e de 1990, gerando intensos e prolongados conflitos (PEREIRA, 2015).

Assim, este texto visa discutir a atuação dos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra no sul e sudeste do Pará, na Amazônia Oriental, em suas experiências localizadas quando puderam redefinir, pelo menos em parte, posse e de uso da terra, estabelecendo outras formas de produção e organização social na região.

² Título de aforamento é uma modalidade jurídica que o estado do Pará adotou para conceder, perpetuamente, a outrem (foreiro) o direito de uso sobre grandes extensões de terras. Em troca, recebia um pagamento fixo e anual. De acordo com a Lei Estadual nº 913, de 04/12/1954, os foreiros contemplados com concessão de grandes áreas de castanhais no Pará teriam o direito de explorá-las durante 99 anos. Cf. Pará Agrário (1987); Emmi (2002); Petit (2003).

Concentração da terra e conflitos agrários

A Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, posteriormente, o Instituto de Terras do Pará (ITER-PA), dividiu sobre mapas, em mesas de seus burocratas na capital, parte das terras do estado do Pará em lotes de 4.356 hectares (900 alqueires), agrupou-os em glebas e cedeu-os a baixos preços às empresas privadas³ e/ou às famílias ricas e proprietárias no Centro-Sul para a instalação de suas fazendas. Não é difícil ouvir falar nas glebas Café, Marabá, Itaipavas, Joncon, Carajás, Tracoá, Ipitinga, Itacaiúnas entre outras. Parte desses títulos incidiu sobre áreas já ocupadas por antigos posseiros que habitavam as margens dos rios, como foram vários os casos no município de Conceição do Araguaia (AVELAR et al., 1970).

Entre 1924 e 1976, o governo do Pará já havia vendido à iniciativa privada quase 7 milhões de hectares de terras (TRECANNI, 2001; PETIT, 2003). No período compreendido entre 1959 e 1963, emitiu-se mais títulos do que em todos os períodos anteriores e elevou-se a área média de cada terra vendida de 165,5 hectares para 3.585 hectares (SANTOS FILHO e PORTO, 1984). Somente no sul do estado, entre 1961 e 1964, foram emitidos, segundo Fernandes (1999), 759 títulos definitivos, medindo 4.356 hectares cada um, totalizando 3.306.204 hectares. Só João Lanari do Val, por exemplo, adquiriu do estado, em 1962, 80 lotes de

³ José Alonso dos Santos, de Ituiutaba, Minas Gerais, por exemplo, comprou do governo do estado do Pará, em 27 de janeiro de 1961, quando Moura de Carvalho era o então governador do Estado, o Lote 55 (4.356 ha.) da Gleba Itaipavas pelo valor de Cr\$ 5.235,20 (US\$ 276,70), sendo Cr\$ 5.227,20 pelo custo da terra e Cr\$ 8,00 pelo feitiço do título definitivo. No mesmo dia (27/01/61) Ulisses Rodrigues Cunha, da cidade de Goiânia (GO), comprou o Lote 43 (4.356 ha.) pelo valor de Cr\$ 5.406,80 (US\$ 285,77), sendo, pelo custo do terreno a quantia de Cr\$ 5.398,80 e o feitiço do título por Cr\$ 8,00. Mais detalhes cf. Pereira (2004); Trecanni (2001).

4.356 hectares cada, totalizando 348.480 hectares, formando, assim, a Companhia Mata Geral (SILVA, 2009; FERNANDES, 1999). Nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Jacundá, entre 1955 e 1966, o governo do estado chegou a expedir 218 títulos de aforamentos perpétuos (795.155 ha) a proprietários rurais que já vinham explorando a castanha-do-pará. Embora o tamanho da área para cada requerente não pudesse exceder 3.600 hectares, conforme a Lei nº 913, de 1954, grande parte dessas terras concentrou-se nas mãos de algumas famílias como os Mutran, Azevedo, Moraes, Chamié, Miranda entre outras (EMMI, 1987; PARÁ AGRÁRIO, 1990).

Como se pode perceber, por meio dos dados acima, a aquisição de grandes extensões de terras, no sul e sudeste do Pará, por muitos empresários e fazendeiros do Centro-Sul do País iniciou antes do golpe militar de 1964. Contudo, foi a partir da segunda metade da década de 1960 que foram implantados ali os primeiros projetos agropecuários com recursos provenientes dos incentivos fiscais (IANNI, 1978; FERNANDES, 1999). Segundo Fernandes (1999), a SUDAM havia aprovado só para o Estado do Pará, entre 1966 e 1983, 72 projetos agropecuários. A grande maioria, num total de 62, concentrou-se no sul do Pará. 53 desse total (33 para o município de Conceição do Araguaia e 20 para o município de Santana do Araguaia⁴) foram aprovados entre 1966 e 1975.

Os 33 projetos destinados às empresas instaladas em Conceição do Araguaia, analisados por Octavio Ianni (1970, p. 221), acumulavam, segundo ele, um total de 430.189,92 hectares de terras. As empresas entraram com 24,41% do investimento de capital to-

⁴ O município de Conceição do Araguaia foi subdividido, a partir de 1982, dando origem aos municípios de Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Rio Maria, Redenção, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia e Xinguara. Já Santana do Araguaia deu origem, em 1988, ao município de Santa Maria das Barreiras.

tal, enquanto 71,84% foram de recursos de incentivos fiscais. E quanto maior fosse o tamanho da área ocupada, maior seria o volume de recursos provenientes dos incentivos fiscais. Ou seja, o volume dos incentivos fiscais se relacionava diretamente com a extensão territorial. Quanto maior fosse o tamanho do imóvel, maior seria o volume de recursos que poderia se obter com base nele (COSTA, 2000).

Diversos autores⁵ assinalam que a concessão de incentivos fiscais a grandes empresários e a implementação de grandes eixos rodoviários como as rodovias Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) fizeram parte das estratégias mais importantes do governo militar pós-1964 para a exploração econômica e domínio territorial dos chamados “novos espaços” na Amazônia.

Quer dizer, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura militar para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil, inclusive aquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de madeiras nobres (mogno, cedro, ipês, angelim, etc.) e comercialização da castanha-do-pará. Conforme os dados do INCRA, em 1980, haviam, no sul e sudeste do Pará, 59 projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, ocupando 4,5 milhões de hectares de terras, mais do dobro da área do Estado de Sergipe (PINTO, 1982).

Mas trabalhadores rurais pobres, vaqueiros,

⁵ Oliveira (1987); Hall (1989); Schmink & Wood (1992); Loureiro (1992); Guimarães Neto (2003).

garimpeiros destituídos de seus bens de produção, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste do país passaram a chegar a essa parte da Amazônia em busca da terra somando-se às famílias que ali se encontravam. Vieram também atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia. Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá, por exemplo, saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09% (IBGE, 1973;1983).⁶

Foi nesse período que as terras devolutas que ainda restavam foram paulatinamente ocupadas suplantando as expectativas oficiais, colidindo com os ideais de “ocupação racional” defendida pela ação do governo (ALMEIDA, 1993). Mas inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos que pertenciam a grandes grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil passaram a ser ocupados por migrantes que chegavam pelas rodovias recém construídas. Ou seja, famílias de trabalhadores rurais que chegavam de diversas partes do Brasil uma vez sem a terra e sem emprego passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas da região.

Ao longo da recém construída rodovia PA-150, que liga Conceição do Araguaia à Belém, passando pela cidade de Marabá, por exemplo, milhares de famílias empobrecidas que chegaram em busca da terra e do emprego se aglomeravam em vilas e povoados. Não tardaram a ocupar inúmeros imóveis com títulos de-

⁶ Esses municípios, a partir da segunda metade da década de 1980, foram divididos dando origem a outros municípios, abrigando, hoje, mais de um milhão de pessoas.

finitivos ou de aforamentos e reivindicar, com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) as suas desapropriações. Só no sul do Pará, na área que compreendia os municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia⁷, segundo dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1975 e 1990, 211 propriedades foram ocupadas por trabalhadores rurais, sendo 122 entre os anos de 1975 e 1984 e 89 entre os anos de 1985 e 1990 como foi o caso das fazendas Canaã, Tupaciretã, Vale da Serra, Jocon/Três Irmãos, Agropecus, Batente, Pecosa, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira, entre outras (CPT de Xinguara - Arquivos).

Essas ocupações aconteciam paulatinamente e não de maneira organizada como um movimento planejado para ocupar determinados imóveis como as promovidas mais tarde pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A iniciativa de cada ocupação partia sempre do interessado e não de uma coordenação centralizada que planejava e dirigia as ocupações de terras nessa parte do território amazônico. Motivados pela necessidade imediata de sobrevivência, estes trabalhadores rurais formavam pequenos grupos, entravam numa área e, aos poucos, demarcavam os seus lotes no interior das matas. Não se trata de ocupações efetuadas por pessoas desinformadas que vagavam de maneira aleatória em busca da terra. A iniciativa de cada trabalhador rural atraía outros ocupantes. Quase sempre os trabalhadores chegavam a convite de um vizinho, de um compadre, de um amigo de seus lugares de origem ou de um parente.

Essas ocupações de terra, se por um lado mobilizaram pessoas e instituições que defendiam a de-

⁷ Os municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia foram desmembrados dando origem aos municípios de Redenção, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra.

mocratização da terra por meio de pequenas unidades produtivas com base na produção familiar, como a Igreja Católica, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e certos parlamentares, por outro moveram um grande aparato repressivo, até mesmo com pistoleiros e membros dos aparelhos de Estado que apoiavam os grandes proprietários de terra. Ou seja, o Estado, por meio de seus órgãos, como o poder judiciário, a Polícia Militar, o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no sentido de garantir o modelo de desenvolvimento ancorado na grande propriedade da terra, apoiou em diversos momentos, fazendeiros e empresas privadas na expulsão de trabalhadores rurais de inúmeras áreas ocupadas. Portanto, não é de se estranhar que muitos foram aqueles que conseguiam, facilmente, nas comarcas locais liminares de manutenção e de reintegração de posse, quase sempre, executadas por oficiais de justiça amparados por policiais e por pistoleiros das fazendas.

Quer dizer, enquanto para alguns proprietários rurais a desapropriação de seus imóveis surgia como um caso inevitável, pois haviam “perdido o controle” sobre a terra; para outros, a ocupação por parte dos trabalhadores rurais e a desapropriação de suas propriedades pelo Governo Federal representavam a perda não só da renda da terra, mas de posição social, política e de poder (MELO, 1999).

Foram com base nessas concepções que muitos proprietários rurais passaram a contratar pistoleiros para expulsar e assassinar trabalhadores rurais e as lideranças ligadas aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Em dezembro de 1985, por exemplo, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria dando conta de milícias armadas nas fazendas do sul e do sudeste do Pará, haviam expulsado e assassinado trabalhado-

res rurais. Para o jornal, algumas fazendas chegavam a ter 40 homens armados com carabinas de repetição. Na fazenda de Sebastião das Neves, havia “uma metralhadora ponto 50, armada na traseira de um jipe” (JORNAL DO BRASIL, 12/08/1985, p. 7) e afirmava ainda o jornal que todos estavam se armando “para corrigir o que os proprietários consideravam um descaso total da justiça”. Talvez não seja por acaso que 712 trabalhadores rurais, religiosos e advogados foram assassinados, entre 1970 e 2019, por questões de terras, no sul e sudeste do Pará⁸ conforme consta nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT Pará, 2019).

Nesse processo de intensificação das ocupações de imóveis improdutivos por parte dos trabalhadores rurais e de resistência dos proprietários e empresários rurais, foi, talvez, a fase em que a violência atingiu com maior intensidade as lideranças mais expressivas dos trabalhadores rurais. Como afirma Medeiros (1996),

... é sobre essas personagens que a violência incide mais fortemente e atinge maiores requintes de crueldade. Ceifar uma liderança é também procurar destruir um longo processo de preparação, de educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos. E é, acima de tudo, atacar não uma pessoa em particular, mas um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia mobilizadora (p.137).

Foi talvez, ainda, nessa fase que a violência expressou seu mais alto refinamento de crueldade e ostentação de corpos de trabalhadores desfigurados, humilhados, com o objetivo de provocar efeito-demonstração com o propósito de “docilizar”, silenciar e punir quem se colocava à frente do poder dos proprietários e empresários rurais. O posseiro Belchior Mar-

⁸ Segundo a CPT do Pará, entre 1970 e 2019, cerca de 1.013 trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados foram assassinados no estado do Pará em razão dos conflitos agrários (CPT Pará, 2019).

tins, da Gleba Cabeceira, em Rio Maria, por exemplo, foi assassinado, em 1982, com 140 tiros. Ele teve os olhos furados, fraturas no crânio e no pescoço. O delegado de polícia concluiu que os autores do crime tinham agido em legítima defesa. É possível lembrar ainda do assassinato do posseiro Raimundo Moreira, da fazenda Bela Vista, em 1987. Depois de morto pelos pistoleiros da fazenda, não pode ser sepultado dignamente. Os pistoleiros deixaram o corpo exposto e impediram que seus companheiros o sepultassem. Ele só foi resgatado depois de sete dias em estado de putrefação.

Mas não é possível identificar os trabalhadores rurais ocupantes de terra dessa parte do território paraense como passivos diante da violência dos proprietários rurais e dos aparelhos de Estado. Uma vez na área, esses trabalhadores rurais passaram a constituir uma prática, muitas vezes considerada avançada, de resistência com tática de defesa e esquema de segurança, com comunicação interna, trincheiras, roças coletivas ou agrupas. Embora não consta nos dados oficiais, diversos pistoleiros chegaram a ser mortos nos confrontos com os trabalhadores rurais. Em abril de 1986, por exemplo, seis pistoleiros foram mortos no confronto com posseiros da Gleba Diadema, município de Marabá. Algo parecido ocorreu, em dezembro de 1984, na Fazenda Flor da Mata, município de Xinguara. Cinco pistoleiros foram mortos e seis outros saíram feridos no confronto com os posseiros (CPT Nacional. Arquivo).

A prática da violência dos proprietários de terras, por meio de suas milícias privadas, em vários casos, com participação direta de aparelhos de Estado, produziu diversas iniciativas de resistência dos trabalhadores rurais. Estes não só foram capazes de constituir representações e mediações às suas lutas e denunciar os atos violentos de fazendeiros, pistoleiros e de órgãos do Estado, mas de montar múltiplas estratégias

e táticas de enfrentamentos e combates diretos. E à medida que enfrentaram os proprietários e seus pistoleiros nas áreas ocupadas, conseguiram apoio da Igreja Católica às suas demandas e negociaram com algumas instituições do Estado as suas reivindicações.

Desses processos, diversas áreas que ocupavam foram regularizadas ou desapropriadas e milhares de famílias que não possuíam terras ali foram assentadas. Hoje, segundo o Incra, o sul e sudeste do Pará possui 513 Projetos de Assentamentos da reforma agrária, com 72.077 famílias assentadas, ocupando uma área de 4.263.076 hectares (INCRA, 2019). Ou seja, os trabalhadores rurais, em diversos momentos da luta pela terra, fizeram com que inúmeros latifúndios fossem desapropriados para fins de reforma agrária e ali fossem assentados.

Nesse sentido, podemos afirmar que no sul e sudeste paraense, a luta dos trabalhadores pela terra, por meio de suas experiências localizadas de contestação, de embates, mas também de solidariedade entre si, trabalhos coletivos e trocas mútuas, puderam experimentar iniciativas que possibilitaram uma outra forma de posse e de uso da terra na região, ecológica e mais sustentável.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; e JESUS, Frei Mário Maria de. O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Conceição do Araguaia, 20/11/1970 (Datilografado).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT PARÁ. Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2019). Marabá, 2019.

COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

FERNANDES, Marcionila. Donos de Terras: trajetória da União Democrática Ruralista-UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico Pará. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro, maio de 1973.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico: dados distritais (Pará). IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2003.

HALL, Anthony L. Developing Amazonia: Deforestation and Social conflict in Brazil's Carajás Programme. New York and Manchester UP, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA-IN CRA/COORDENACAO-GERAL DE IMPLANTACAO - DTI/SIPRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília, 01/08/2019.

IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: estado, homem e natureza. Belém: CEJUP, 1992.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Dimensões políticas da violência no campo. Tempo, Rio de Janeiro, v. I, 1996, p. 126-141.

MELO, Aloísio Lopes Pereira. Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papyrus, 1987.

PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Castanhais. Belém: Idesp. Edição Especial, 1990.

PARÁ AGRÁRIO. Castanhais: destruição, violência, indefinição. Belém: Idesp, 1987.

PEREIRA, Airton dos Reis. O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Economia Rural, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora da UFPE, 2015.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. Reforma Agrária, Campinas, v.12, n.º. 02, março/abril, 1982.

SANTOS FILHO, José dos Reis e PORTO, Mayra Yara. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. Reforma Agrária, Campinas, v.14, n.º 01, Jan/Fev., 1984

SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará. Belém, Paper do NAEA 251, Novembro de 2009.

SCHMINK, Marianne and WOOD, Charles H. Contested Frontiers in Amazonia. New York: Columbia University Press, 1992.

TRECANNI, Girolamo Domenico. Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

“FORA, COM OS ESQUERDISTAS!”: A GREVE DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASTANHAL-PA E O DISCURSO ANTICOMUNISTA (1980)

Osimar da Silva Barros¹

No dia 16 de abril de 1980, Castanhal acordava sobressaltada². Mesmo sendo às nove da manhã a “cidade modelo” ainda estava sonolenta para entender aquele aglomerado de gente que caminhava no meio de sua principal avenida. Não era só a cidade que desejava entender a razão da coragem daquele grupo que impedia ônibus e outros veículos de irem para o centro comercial. Os cidadãos castanhalenses também queriam saber quem era aquela gente que caminhava no meio da Avenida Barão do Rio Branco. Homens e mulheres, jovens e adultos que passavam andando e pedalando pelas encruzilhadas da avenida, paravam e freavam suas bicicletas para ver a passagem daquelas pessoas. Motoristas de veículos menores e de ônibus urbanos deduziram que seria alguma espécie de procissão religiosa. Não se podia dizer que era um cortejo fúnebre, pensavam os motoristas. Isso porque aquele juntamente de gente se deslocava para a direção contrária do Cemitério São José.

Os moradores que moravam nas inúmeras residências que ficavam à margem da Avenida Barão do Rio Branco foram para frente de suas casas para ver se conheciam alguém metido naquele aglomerado. Al-

¹ Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: osimarbarros@gmail.com

² Jornal do Interior corresponde a nossa principal fonte documental neste texto. Isso porque esse órgão de comunicação impressa forjou o discurso anticomunista como forma de descreditar o movimento grevista da cidade de Castanhal. A única imagem analisada neste trabalho é do próprio jornal castanhalense. Cf. Jornal do Interior, Ano II, Nº21, Pará, 29/04/1980 a 05/05/1980.

guns gritos e acenos de mãos foram trocados entre o grupo e os moradores. Então, a cidade e os castanhenses logo souberam do que se tratava aquele amontoado de pessoas na avenida: eram as professoras e professores leigos, regulares e normalistas da rede municipal de Castanhal que iniciavam uma greve através de um protesto público. O magistério da “cidade modelo” reivindicava o pagamento de salário mínimo, o 13º (décimo terceiro) salário, o pagamento do FGTS e a recusa de usar um fardamento imposto pela Secretaria de Municipal de Educação. As professoras e professores consideravam que uniforme de trabalho era caro e comprometia seus ganhos de seiscentos e 10 (dez) cruzeiros.

Seis escolas municipais do 1º Grau (hoje ensino fundamental) aderiram à greve. Foram as seguintes escolas: Padre Severiano Santos, Madre Maria Viganó, Graziela Gabriel, Maria de Encarnação, José João e Emília Gimenez. Nessas repartições de ensino estavam lotados 199 professores. A paralisação das atividades escolar levou seis mil alunos ficarem sem aulas. Algumas professoras que participavam do protesto como Maria da Conceição, Catariana Barros e Elizabeth Nascimento eram as mais indignadas pela proibição de lecionar de vestido. Isso porque a Secretaria de Educação obrigava as professoras e os professores de usarem uniforme mais caro.

A greve das professoras e professores de rede pública municipal de Castanhal recebia apoio de várias entidades como: a Coordenação Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT) de Belém, Associação dos Professores do Pará (APEPA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará (DCE), Comitê de Anistia, Oposição dos Gráficos, Oposição Bancária e Associação dos Docentes da Universidade Fede-

ral do Pará (ADUFPA), IEPA, FASE (PINHEIRO, 2017, p. 111-137). Houve também o apoio do Deputado Estadual do PMDB, Ademir Andrade, o vice-presidente da Associação Regional dos Sociólogos, Mariano Klautao e, por fim, os metalúrgicos grevistas do ABC do Estado de São Paulo³, prestavam solidariedade e apoiava à greve das professoras e professores de Castanhal. Dentre essas entidades, APEPA correspondia à associação de Belém que apoiava diretamente a greve das professoras e dos professores de Castanhal. Por essa razão, foi alvo de ataques do Jornal do Interior logo na primeira edição que anunciava a paralisação do magistério e do primeiro protesto dos professores na frente da Prefeitura Municipal de Castanhal.

Esse crescimento da importância do movimento grevista do magistério castanhalense e que, por sua vez, recebia apoio de entidades sindicais e associações levaram surgir o discurso anticomunista: propaganda no Jornal do Interior que afirmava que havia “infiltração esquerdista”:

Haverá infiltração esquerdista?

Foi aventada a hipótese de infiltração esquerdista no meio das grevistas, haja vista que, a elaboração do plano idealizado sem que apareça a cabeça do movimento. Daí se pensar que alguém estranho ao meio, deve estar por trás disso tudo, incentivando e as incitando para que fosse feita a passeata (JORNAL DO INTERIOR, 24/04 a 05/05/1980. p. 5).

O título do trecho acima consistia em uma pergunta que induzia o leitor à possibilidade de se pensar que determinada ameaça externa pairava sobre a “cida-

³ As informações dos apoios das entidades da capital paraense estão contidas nas seguintes edições: A Província do Pará, 24/04/1980, p.12; A Província do Pará, 25/04/1980, p.02; A Província do Pará, 29/04/1980, p.02; A Província do Pará, 30/04/1980, p.12; A Província do Pará, 02/05/1980.p.05; O Liberal, 02/05/1980, p.10; O Liberal, 13/06/1980. p.4.

de modelo”. Essa ameaça que vinha de fora correspondia o sustentáculo e idealizava o protesto das professoras e dos professores que ocorria na frente do prédio da Prefeitura de Castanhal. Edificava um discurso que afirmava que a base de apoio aos participantes da paralisação decorria de grupo “esquerdista” que intencionavam a desordem social. Tal grupo “esquerdista” agia com a APEPA que estava presente na cidade. O Jornal do Interior usava o discurso contra “infiltração esquerdista” como estratégia para reforçar a ideia da suposta incapacidade das professoras e dos professores que planejaram a manifestação pelas ruas da cidade. Repassava ao leitor que a ação tenderia a se frustrar ao estar submetida à manipulação. A clara evidência do crescimento da visibilidade do movimento de paralisação do magistério da “cidade modelo” e seguido com apoio de sindicatos e associações classistas de Belém levava Jornal do Interior para reação contra a esquerda:

Figura 01 – Dimensões estranhas?



Fonte: Jornal do Interior, Ano II, Nº21, Pará, 29/04/ a 05/05/1980. Capa.

A fotografia acima era o destaque da capa do Jornal do Interior da edição final de abril e início de maio de 1980. O enquadramento da fotografia lembra

o estilo usado pelo fotógrafo do jornal A Província do Pará. Mas o fotógrafo do Jornal do Interior registrava o protesto na Praça Matriz São José para reforçar a ideia que os professores estavam sendo guiados por “esquerdistas”. Por isso captou a imagem no momento em que Dubiratan ficava discursando ao microfone. Essa ideia que o magistério estava sendo controlado era reforçada pela frase: **“FORA, COM OS ESQUERDISTAS!”**, acompanhava o lead. A frase com letras garrafas e em negrito possuía a expressão de um grito, de um protesto contra a presença de “esquerdistas” e/ou “comunistas” na cidade. O Jornal do Interior forjava preocupação não como o movimento paredista em si, mas que o movimento grevista possibilitava a vinda de “estranhos” que adentravam na comunidade de origem nordestina que ergueu uma cidade com “vocaçãõ” para o “progresso”. Nesse sentindo, a greve do magistério castanhalense seria uma janela aberta para entrada de indivíduos ou grupo de pessoas que traziam o caos político da “cidade modelo”.

No lead o periódico trazia a certeza que o protesto de rua e a greve das professoras e dos professores vinham “alcançando dimensões estranhas e, deliberadamente, esquerdistas”. Estimulava a implantação de pensamentos contrários “ao regime e ao Governo” para a população. Jornal do Interior recorria às expressões “ataque violento ao Poder Público!”, “elementos”, “perigosos agentes esquerdistas” como recursos para alimentar que existia ameaças. Inclusive afirmava que existia no meio dos grevistas do magistério de Castanhal militantes comunistas com experiências de práticas “terroristas”. Mas não dizia quem era e nem apresentava qualquer prova ou documentos do DOPS desses “suspeitos”. Em seguida o jornal castanhalense afirmava que tinha um grupo antigrevista (“Comando Anti-Greve”). Mas também não apresentava nenhum

nome dos membros desse grupo que se colocava contra o movimento de paralisação do magistério municipal e nem qualquer fotografia dos membros.

Penso que Jornal do Interior forjava todas essas afirmações no lead para simplesmente desacreditar o movimento de paralisação das professoras e dos professores. Usava esse recurso para acusar que a greve das professoras de Castanhal era movimento esquerdista ou comunista que vinha para “cidade modelo” para promover desordem pública e social. Nessa crítica percebe o quanto o periódico possuía simpatia com Ditadura Civil Militar e com o prefeito Almir Lima. O jornal do Interior exagerava sem citar qualquer tipo de prova e acusava os membros da APEPA como terrorista. Todo esse discurso escondia a relevância dos grevistas aos leitores. Especialmente da participação, organização e ação das mulheres-professoras grevistas de Castanhal.

Omitia a potência de mobilização dessas mulheres-professoras-grevista que acabavam submetidos ao preconceito de gênero que, por essa razão, as forçavam a partir do poder instituído do homem-estado-prefeito para retornarem à sala de aula. Caso não obedecessem, seriam exoneradas. A matéria que o lead anunciava a corruptibilidade da paralisação pelos “esquerdistas” consistia de textos curtos que eram distribuídos pela página cinco do Jornal do Interior da referida edição. Como na maioria da edição anterior, não há assinatura da autoria dos textos. Mas esse discurso anticomunista que direcionava contra a greve das professoras e dos professores castanhalense se limitava nas páginas do Jornal do Interior. Os vereadores da Câmara Municipal de Castanhal não fomentava a ideia pejorativa de infiltração dos grupos de esquerda no movimento grevista. Apenas um vereador tentava associar ação de paralisação como ato de agentes externos da “cidade modelo”:

José Ribamar Lira de Sousa, tentando explicar o motivo de haver cedido a sede do Santa Lúcia para a realização das reuniões das professoras grevistas, declarando ser a referida sede para o uso da comunidade pediu a palavra o vereador Francisco Alves de Magalhães Filho, declarando concordar com o Vereador Lira, porém (que) acredita que agora o colega Lira não mais cederá a sede, às referidas professoras, porque já não são mais os professores (...), digo já existem suspeitas comandando a greve (ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL, 25/04/1980, p.12).

O vereador José Ribamar Lira de Sousa era do partido político Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que construiu sua carreira política, entre os anos de 1960 e 1970, no bairro do Milagre. Nesse bairro fundou o clube de futebol Santa Lúcia Esporte Clube e, por sua vez, a sede da Santa Lúcia, onde concedeu que as professoras e os professores grevistas realizassem a reunião. Penso que seria impossível negar a sede às grevistas porque José Ribamar testemunhava, sem dúvida, a ação dos moradores do bairro que promoveram mutirão para tapar os buracos e, provavelmente, algumas professoras e professores grevistas residiam no Milagre. O *estar-na-rua* desses indivíduos acabava exercendo pressão sobre o vereador que, mesmo sendo do mesmo partido político do prefeito Almir Lima, concedia ao movimento grevista a permissão de usar a sede da Santa Lúcia Esporte Clube. Ou José Lira teria simpatia pela ação grevista, pois residia na unidade social que o ocorria fenômeno social da solidariedade entre os moradores do bairro. Mas de qualquer forma outros vereadores da reunião ordinária não se manifestavam contra o vereador José Lira. Somente o vereador Francisco Alves Magalhães Filho, pertencia ao mesmo partido de José Lira, recomendava que não cedesse mais a sede porque o movimento grevista correspondia uma ação guiada, comandada por sujeitos

que não residiam em Castanhal. O vereador Francisco Magalhães Filho compartilha da ideia do Jornal do Interior: que as professoras e os professores eram incapazes de realizar greve e protestos pelas ruas. O momento de tensão manifestado na Câmara Municipal de Castanhal estava associado com a demissão do Secretário de Educação de Castanhal durante a greve:

[O vereador José Ribamar Lira de Sousa] a questão dos professores com o senhor Prefeito, voltando a citar o ocorrido na véspera do dia da greve quando assistia uma reunião de pais e mestres da Escola 'Graziela Gabriel' da qual é o presidente da referida associação, finalizando sua explicação declarou que havia sido informado sobre a demissão do Secretário de Educação Prof. David Sá, declarando que dependesse dele, o David continuaria na Secretaria, porque reconhece seus méritos e o seu trabalho para reerguer a secretaria de Educação em Castanhal. Usou a palavra o Vereador Francisco Alves de Magalhães Filho, tentando esclarecer do vereador Lira, o trabalho de sua Excelência Prefeito Municipal, declarando que acredita no trabalho de sua Excelência Prefeito Municipal (...) por ser homem digno e responsável e que o trabalho no bairro do vereador Lira sairá, porque acredita na palavra do Senhor Prefeito. Voltou a usar a palavra o Vereador Lira José Lira, dizendo que o Vereador Magalhães estava levando suas palavras para um terreno diferente, que não estava aqui para criticar o senhor Prefeito (...). Com a palavra o senhor Presidente desta Casa esclarecendo novamente o problema da greve, solicitando à Secretária que fizesse a leitura de um baixo assinado contendo sessenta e uma assinaturas de professores, apresentando seu repúdio a um membro desta casa, por ter sido comentado na cidade, de que havia solicitado ao afastamento do senhor David Sá, da Secretaria de Educação (assim constava no baixo assinado). Nesse momento o senhor presidente concedeu a palavra aos Senhores Vereadores para se pronunciarem sobre o assunto. Pedindo a palavra inicialmente o Vereador José Lira lamentando o que as

peessoas que redigiram tal protestos não procuram se informar sobre o assunto. Francisco Magalhães referindo-se à criatura que teve a ideia de elaborar tal documento, não teve a ideia de dirigir-se à Secretaria desta Casa para informar-se através dos registros de sessões para depois apresentarem a solicitação com fundamentos, que acha o professor David, uma criatura humana, inteligente à altura de desempenhar qualquer função. Quanto às professoras, desejava que elas procurassem ser (...) de fato, que não lançassem mão de fofocas, que elas viessem ver os anais desta casa, para ver se realmente o Vereador Câmara tinha pedido a demissão do Secretário de Educação e que elas próprias foram injustas com ele. Raimundo Câmara de Lima. É lamentável que se diga agora, que há muita coisa se acertar, citando o nome do Vereador Ricardo Oliveira, como participante da greve das professoras quando ele não poderia participar de manifestações de greve. Ricardo Santos de Oliveira, taxando de mentira do Vereador Câmara, que nem na cidade encontrava-se na data da greve, querendo que o Vereador Câmara provasse o que afirmara. Francisco Magalhães solicitando aos dois membros deste poder para procurassem unir-se, que não deixassem a união [desunião] tomar conta deste poder, que deixassem certos desacatos para quando houver necessidade, enfim conseguido apaziguar o Vereador Câmara e Vereador Ricardo, este retirando tudo que disse ao Vereador Câmara (ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL, 30/05/1980, p.20-22).

O que chama atenção no trecho acima é o fato de haver um abaixo assinado com sessenta e uma assinaturas de professores que repudiavam à Câmara Municipal de Castanhal. Esses professores acreditavam que o legislativo municipal tinha pedido a demissão do Secretário de Educação David Sá. Entendo que esses professores que assinaram o abaixo assinado consistiam parte dos professores grevistas. Isso porque o vereador Francisco Alves Magalhães Filho criticava o

abaixo assinado usando termos com expressavam preconceito de gênero como, por exemplo, “fofocas”, para atingir a mulher-professora-grevista que seriam as organizadoras do documento. Essa evidência reforçava a dinâmica dos indivíduos no interior da *Estrutura* que buscavam estratégias para alcançar seus interesses específicos sem desejar transformar a própria *Estrutura*. O Professor David Sá, Secretário de Educação do Município de Castanhal, integrava a unidade social hegemônica do poder político local. Mas a demissão do David Sá levou reação de um grupo de professores que, através do abaixo assinado, culpavam os vereadores castanhalenses pelo afastamento do David Sá da secretaria de educação. Penso que David Sá, por ser professor, possuía um referencial simbólico entre o magistério da “cidade modelo” construindo por determinadas circunstâncias nas relações sociais e culturais no campo da educação (BOURDIEU, 2011, p.7-8).

A greve das professoras e professores de Castanhal tinha o aspecto de “experiência de classe” que caminhava para “consciência de classe” porque recebia apoio de vários grupos e partidos que se mobilizavam por redemocratização e/ou por melhores sociais no Brasil e na Região Amazônia. Por outro lado, o que se percebe que a greve do magistério de Castanhal não deixava de provocar tensão entre os vereadores tanto da ARENA quanto do MDB do legislativo da “cidade modelo”. Os legisladores do município não se entendiam diante da paralisação dos professores e trocavam acusações entre eles sobre quem apoiava ou não a greve. Por exemplo, o vereador Francisco Magalhães Filho, da ARENA; se solidarizava com Raimundo Câmara que pertencia ao partido MDB. Este foi apontado como responsável pela demissão do professor David Sá. Mas Francisco Magalhães desmentiu essa informação que, tudo indica, estava contido no abaixo assinado. Rai-

mundo Câmara, por sua vez, acusava o vereador Ricardo Santos, da ARENA, porque participava dos protestos dos professores grevistas. Isso levava trocas de acusações entre eles. Jornal do Interior, sobre a questão da demissão do David Sá, comentava que o secretário de educação municipal pediu renúncia. Ele, de acordo com jornal, concordava com a reivindicação dos grevistas. Mas discordava da greve. O mesmo jornal publicou uma nota dizendo que a renúncia do David Sá era estratégia para se lançar como possível candidato à prefeito de Castanhal. Na mesma nota tem a afirmação negativa do ex-secretário de educação de se candidatar à prefeito da “cidade modelo” (JORNAL DO INTERIOR, 20/05/1980, p.4). O Vereador Francisco Alves Magalhães (ARENA) era o legislador claramente contra a greve e prestava apoio incondicional ao prefeito Almir Lima:

Trecho 1

[Momento de votação dos requerimentos] Do vereador Francisco Magalhães Filho, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal aprovado por unanimidade. Votos de repúdios à certas professoras municipais pela maneira como se portaram à reunião do último dia dois do corrente mês, em votação, foi rejeitado pelos demais membros do Plenário, exceto o autor do requerimento, que referindo-se ao ato, inesperado dos colegas de plenário, denominando-o de voo de covardia (...) (JORNAL DO INTERIOR, 20/05/1980, p.4).

Trecho 2

Facultada a palavra, pediu-a inicialmente o vereador Francisco Alves de Magalhães Filho, fazendo a leitura do artigo publicado no jornal 'O Liberal' sobre o encontro de Sua Excelência Prefeitura Municipal, com o Senhor Governador do Estado para estudar o caso 'Professores Municipais', pedindo que o referido artigo fosse inserido nos anais da casa. Disse em seguida que a atitude que o Senhor Prefeito vem mantendo, não é ato de capricho é ato louvável (...). A seguir o senhor Presidente colocou em discussão e votação do Plenário o requerimento de autoria dos Senhores Vereadores: Francisco Magalhães, sobre a transcrição nos anais desta Casa (...) sobre o memorial da Sua Excelência Governador do Estado, publicado no jornal 'O Liberal' sobre a entrevista com professores municipais e o Senhor Prefeito desta cidade, sendo aprovado por três votos a favor e dois votos de abstenção do Vereador José Lira e Ricardo Santos Oliveira (ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL, 13/06/1980, p.27-31).

Os trechos 1 e 2 acima não vemos apenas o apoio incondicional do vereador Francisco Alves Magalhães Filho ao prefeito Almir Lima. O que se percebe é que não havia consenso de apoio ou contra a greve dos professores de Castanhal. O movimento de paralisação do magistério da “cidade modelo” levava conflitos pessoais existentes entre os legisladores. Inclusive entre membros da ARENA, porque os vereadores José Ribamar Lira e Ricardo Santos, ambos da ARENA, abstiveram do requerimento proposto por Francisco Magalhães Filho. Este também pertencia ao partido ARENA. A Câmara Municipal de Castanhal, entre os anos de 1978 e 1982, constituía de 4 (quatro) vereadores da ARENA — Álvaro Meneses [presidente da Câmara Municipal], Francisco Alves Magalhães Filho, José Ribamar Lira de Sousa e Ricardo Oliveira Santos — e 3 (três) ve-

readores do MDB — Raimundo Câmara Lima, Miguel Lima e Valdir Pismel. Francisco Magalhães Filho recebeu dois votos do MDB. Então, o discurso anticomunista não ganhava forma, destaque e nem esteve presente nos argumentos dos vereadores castanhalenses.

Dessa forma, *Jornal do Interior* se apropriava da linguagem ou da ideologia de combate subversivo ou comunista pensado durante a Ditadura Civil-Militar para reforçar a concepção da incapacidade de mobilização social dos profissionais da educação municipal. Por outro lado, entendo que a greve das professoras e dos professores de Castanhal interferiu na desconstrução e reconstrução de alianças pessoais e/ou partidários no interior do legislativo municipal. Levando reforçar que a paralisação promoveu fissura na hegemonia política da “cidade modelo”.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005.

BARROS, Osimar da Silva. *A “cidade modelo”: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia), Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. *Por uma história dos professores: experiências de lutas na democratização brasileira em Belém (1979-1986)*. São Paulo: Alameda, 2017.

“AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1985 EM BELÉM

Andrey Ferreira Bastos¹

O cenário político paraense

No dia 15 de novembro de 1985, regulamentada pela Lei nº 7.332, de 1º de julho do mesmo ano, ocorrem as Eleições Municipais em Belém. “Após 20 anos, um mês e doze dias, na próxima sexta-feira, dia 15, o povo de Belém resgata o direito que lhe foi cassado voltando às urnas para escolher, através do voto secreto, quem deverá ser o prefeito da cidade de Belém”, diz o jornal Diário do Pará na véspera do pleito. A Câmara Municipal, no entanto, não seria renovada, visto que por força da Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982, assinada pelo presidente do Senado, Jarbas Passarinho, os vereadores eleitos na eleição do ano em questão, teriam o mandato concluído apenas em 31 de dezembro de 1988.

Especulava-se que haveria um confronto direto entre o tripé da política paraense no momento: Alacid Nunes, Jarbas Passarinho e Jäder Barbalho. Apesar da impossibilidade de Jäder concorrer diretamente por estar empossado no executivo estadual, a coluna Repórter Diário, do jornal Diário do Pará do dia 03 de agosto do ano em questão fantasia a possibilidade atribuindo sua influência à chapa do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e fazendo referência aos antigos conflitos entre os três:

Para o deputado, novembro vai fazer uma avaliação dos três blocos, cada um de per si. Jarbas vai sozinho pelo PDS; Alacid vai sozinho com a Frente e o Jader vai com a sua chapa batida, composta

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: andreybastos68@hotmail.com

de Coutinho Jorge e Fernando Velasco. Entende o deputado que, com a eleição para prefeito, não vai mais haver aquela conversa mole de que “tu só vencestes porque eu te apoiei” ou a de que “Só fui derrotado porque foram dois contra um”. Agora cada um vai mostrar a roupa que tem no coradouro e isso é interessante porque é a primeira vez que vai acontecer ao longo dos últimos vinte anos.

Jarbas Passarinho e Alacid Nunes atuavam como protagonistas na política paraense desde 1964. Essa disputa desencadeou em uma série de desavenças e inflamados embates, sendo um dos principais, a nomeação de Alacid como Governador do Pará em 1979, cargo que segundo Petit e Cuéllar (2012), era preterido por Passarinho, que, no entanto, tinha uma relação instável com a ala militar que estava no poder. Esse conflito evidencia um importante conflito que ocorreria entre os militares. Napolitano (2014) aponta duas correntes rivais dentro do regime, sendo chamadas de “Castelistas” e “Linha dura”. A “linha dura” era como os militares de extrema-direita eram conhecidos, representados pelos generais Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974).

Já o termo “castelista” remetia aos militares com visão política alternativa, lembrando o General Castello Branco (1964 – 1967), que de acordo com Napolitano “passou à história como uma espécie de ditador bem-intencionado. Construiu-se a imagem de um homem que acreditava nos objetivos saneadores e no caráter temporário da intervenção militar de 1964” (NAPOLITANO, 2014. p. 72). Ou seja, os “castelistas” acreditavam que a ditadura seria uma grandiosa intervenção institucional de caráter temporário. Além de Castello Branco, os generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) também compartilhavam a mesma concepção.

Passarinho, apesar de nascido no Acre, era o representante do Pará de maior relevância no país, fortemente alinhado aos militares “linha dura” e detentor de considerável prestígio dentro do cenário nacional e na própria Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No executivo, fora Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva e Ministro da Educação e Cultura no Governo Médici, além de Senador do Pará, entre 1967 e 1983, e Governador de 1964 a 1966.

Para sua indicação ao governo seria necessário não somente o apoio do presidente em exercício, Geisel, como também eleito, Figueiredo. Nessa conjuntura, o então Deputado Federal, Alacid Nunes, articula-se para a obtenção de apoio do presidente. Nascido em Belém, fora eleito Prefeito da capital pela Câmara Municipal em 1964, Governador do Pará em 1965 e Deputado Federal em 1974. Petit (2016), afirma que o apoio do Marechal Cordeiro de Farias à Alacid fora fundamental, garantindo a confiança dos castelistas, incluindo os generais presidentes. Esse “combo” o favoreceu a se tornar o 33º Governador do Estado do Pará, sendo esse o seu segundo mandato. Petit (2014), cita um suposto diálogo entre Jarbas Passarinho e Figueiredo sobre Nunes, que evidencia como as escolhas regionais estavam interligadas e exerciam grande influência na manutenção do regime:

Presidente, esse rapaz não vai honrar o compromisso conosco”. Figueiredo respondeu: “Se ele não honrar e o prejudicar, eu arrebento com ele aqui”. Passarinho explicou: “Você não arrebenta porque lá em Bujaru, lugar que talvez nem exista no mapa, o governo vai ser ele e não o senhor; o poder é do governador, que nomeia o delegado, o coletor, e isso ele vai usar (PETIT, 2014, p.215-216).

Esse antagonismo declarado teve reflexos no cenário político do Pará que reverberaram durante muitos anos, sendo de fundamental importância para o

estabelecimento das bases da redemocratização no estado. Nesse sentido, influenciaria diretamente nas eleições de 1982, que “tornaram-se o pleito eleitoral mais importante do período pós-64” (PETIT, 1996, p.102) e impulsionaria a ascensão de Jäder Fontenelle Barbalho na política paraense, que já havia sido eleito vereador de Belém em 1965, deputado estadual em 1970 e deputado federal em 1974 e reeleito em 1978.

O apoio do Governo do Estado seria fundamental nesse processo de reabertura gradual, por isso, esperava-se um apoio formal ao candidato do partido, que após a Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que modificava os dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), passou a denominar-se como Partido Democrático Social (PDS), ao invés de ARENA. A disputa pelo executivo do estado em 1982 se daria entre Jäder Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, antigo MDB), Oziel Rodrigues Carneiro, do PDS, Hélio Vieira Dourado, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Mário Nazareno Machado Sampaio, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Alacid rompe com os militares, o que causa um grande mal-estar em sua relação com o General Figueiredo e declara apoio à Jäder Barbalho, sendo essencial para a sua vitória, e o tornaria um dos mais relevantes personagens da nova configuração política do Pará.

A estruturação

A partir do segundo semestre de 1985, os partidos aptos a participar das eleições começaram a preparar as suas estratégias. Enquanto alguns vinham com intenções reais de assumir a prefeitura, outros procuravam semear o eleitorado e garantir maior influência para o partido no cenário local, mesclando-se

entre figuras já experientes na política nacional e candidatos sem nenhum cargo político, resultando em 7 candidatos.

Em julho de 1985, o diretório municipal do PMDB teve eleições para a presidência, duas chapas estavam concorrendo: Jader Barbalho e Tancredo Neves. A vitória da chapa “Jader”, presidida por Fernando Velasco, permitiu a estruturação da candidatura à representante do partido de três figuras importantíssimas: o Deputado Federal Vicente Queiroz, Presidente Regional do PMDB, o Deputado Estadual Romero Ximenes e o Vereador Emanuel Ó de Almeida. Entretanto, o jornal O Liberal de 12 de julho de 1985 cita que Jader invocou “a sua condição de fundador do partido e um dos responsáveis pelo engrandecimento do e pelas conquistas do PMDB desde a sua fundação” (O LIBERAL, 1985, p.9) para indicar uma nova chapa, a qual seria composta pelo Deputado Federal Fernando Coutinho Jorge e tendo como vice o recém-eleito Presidente do Diretório Municipal, Fernando Velasco. A dupla seria escolhida em convenção, recebendo 135 dos 156 votos.

O PDS buscava um nome que pudesse fazer frente ao então eventual candidato peemedebista, que segundo a coluna Repórter 70, do jornal O Liberal, do dia 07 de julho, o partido possuía 8 prováveis nomes, dentre os quais destacavam-se o vereador e líder do partido na Câmara Municipal, Agostinho Linhares, o ex-Deputado Federal Júlio Viveiros e o Deputado Federal Antônio Amaral. Especulava-se uma possível coligação com o Partido da Frente Liberal, o qual tinha Alacid Nunes como um dos fundadores regionais. Contudo, o PDS queria a prefeitura, enquanto o PFL acreditava ter potencial o suficiente para lançar um candidato na capital, não se contentando com o cargo de vice na chapa, decidindo então a não coligar, o que tornaria Dionísio Hage, também fundador do partido, a sair como candidato pela Frente Liberal.

Júlio Viveiros seria o candidato escolhido pelo PDS. Para vice, o PTB fora consultado, sendo o nome de Lúcia Penedo cogitado. A petebista afirma em entrevista à Província do Pará, no dia 20 de outubro de 1985, que ambos os partidos não entraram em acordo e o PTB não poderia passar como despercebido, mesmo tentado acordo com o PDT, PT e até mesmo o PMDB. Sendo assim, é escolhida como candidata à prefeitura, vencendo o suplente de Deputado Federal Raimundo Abdon em convenção por 38 votos a favor, contra 23.

O jornal Diário do Pará, no caderno sobre política, em 22 de março de 1984, já mostra Agostinho Linhares, então líder do PDS na Câmara Municipal, com pretensões de ser escolhido como candidato a prefeito. Entretanto, antes mesmo da convenção, Linhares sai do partido e funda o Partido Municipalista Brasileiro no Pará, afirmando ter saído não pela certeza de compor uma chapa pré-existente, mas para fundar uma, por ser defensor da doutrina municipalista.

O Partido Democrático Trabalhista, por sua vez, sabia que não seria tão simples. O partido era grande, mas precisava de maior abrangência no cenário nacional. O nome de Leonel Brizola era uma das armas da esquerda no eixo sul-sudeste, mas não no Norte. Nesse contexto, o lançamento de um candidato teria a pretensão de qualificar a legenda, e é isso o que afirma o candidato Armando Soares, em entrevista à Província do Pará em 03 de novembro de 1985.

Após uma crise interna, o Partido dos Trabalhadores escolhe o vereador Humberto Cunha, dissidente do PMDB, com “cerca de 85% dos 636 filiados com direito a voto” (PETIT, 1996, p.161). O candidato era um ferrenho crítico do governo de Jader Barbalho, ainda que fossem correligionários por determinado período. Acreditava no PT como a nova frente ampla, enquanto o PMDB já estava obliterado.

Sendo assim, as Eleições Municipais de 1985, em Belém, as primeiras desde 1961, tiveram os seguintes candidatos e vices: Coutinho Jorge/Fernando Velasco (PMDB); Júlio Viveiros/José Croelhas (PDS); Humberto Cunha/Everardo Lopes (PT); Agostinho Linares/Bernardino Costa e Silva (PMB); Armando Soares/Cláudio Noronha (PDT); Dionísio Hage/Costa Filho (PFL); e Lúcia Penedo/Carlos Albuquerque (PTB).

Os candidatos

As breves biografias a seguir abordam a trajetória política dos candidatos até as vésperas do pleito, a fim de não confundir com cargos adquiridos posteriormente. Natural de Belém (PA), Fernando Coutinho Jorge, 45 anos, era economista, foi professor universitário e secretário de Estado de Planejamento durante o governo de Aloysio Chaves, permanecendo no segundo mandato de Alacid Nunes. Fora eleito Deputado Federal nas eleições de 1982 com o maior número de votos do PMDB no estado, totalizando 63.040. Votou a favor da Emenda Dante de Oliveira em 1984, que tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil. Em janeiro de 1985, participa do Colégio Eleitoral, elegendo Tancredo Neves como novo Presidente da República. Posteriormente licencia-se da legislatura para tornar-se Secretário de Educação no governo Jáder Barbalho e no mesmo ano, anuncia a candidatura para o executivo municipal. Na sua rede de apoio, encontram-se o prefeito Almir Gabriel, o governador Jáder Barbalho e o Deputado Federal Ulysses Guimarães, que chegou a vir à Belém e participar de comícios em prol de seus correligionários.

Maranhense de São Luís, Júlio Costa de Viveiros, 55 anos, já possuía uma extensa carreira política. Engenheiro, fora eleito suplente de Deputado Estadu-

al em 1962 pelo Partido Social Democrático com 1.129 votos, Deputado Estadual em 1966 pelo Movimento Democrático Brasileiro, sendo um dos fundadores no Pará, com 3.713 votos e Deputado Federal pela mesma legenda por duas legislaturas, em 1970 com 22.332 votos e em 1974 com 38.585. Em 1978 tenta eleição para o Senado Federal, tendo Mário Nazareno Machado Sampaio, que já havia tentado eleger-se ao mesmo cargo em 1970 e governo do Estado pelo PTB em 1982, como suplente. Com 152.693 votos, consegue a segunda colocação, mas não o suficiente para eleger-se, visto que seria eleito o candidato mais votado a partir da soma das sublegendas. Teve seu mandato como deputado concluído em 1979 e entrou no PDS em 1982 para apoiar Oziel Carneiro nas eleições para governador e combater a “ditadura barbalhista”, declarando-se inimigo político de Jader. Sua rede de apoio contava com o ex-ministro Jarbas Passarinho e o senador Aloysio Chaves.

Humberto Rocha Cunha, 38 anos, nascido em Araguacema, no Tocantins, agrônomo, iniciou a vida política como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Em 1968 foi preso pelo regime militar e posteriormente, fundador da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Fora eleito vereador em 1982 pelo PMDB, sendo o quinto mais votado do partido, com 7.250 votos, números superiores ao primeiro colocado do PDS. Em 1985, sai do PMDB por divergências com a base aliada ao governo e filia-se ao PT, ainda que vinculado ao Partido Revolucionário Comunista (PRC), que à época era o maior bloco do partido, o que garantiria a sua escolha como candidato. Dentre seus apoiadores, encontrava-se o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

Dionísio João Hage, 50 anos, nascido em Santarém (PA), graduado em Ciências Jurídicas e Sociais. Além de advogado atuou como professor. Foi Secretário de

Educação e Cultura no segundo mandato de Alacid Nunes e elegeu-se Deputado Federal em 1982, pelo PMDB. Foi a favor da Emenda Dante de Oliveira, em 1984, e em 1985 participa do Colégio Eleitoral que elege Tancredo Neves. Após o atrito que resultou na ruptura entre Jáder e Alacid, Hage torna-se um dos fundadores do PFL no Pará, vice-líder do partido na Câmara e principal nome para a disputa das Eleições Municipais de 1985, tendo o apoio declarado de Alacid Nunes, o que garantiu seu papel como um dos protagonistas no pleito,

Maria Lúcia de Macedo Penedo, 40 anos, nascida em Belém (PA), advogada e empresária, foi a única mulher candidata dentre todas as capitais. Possuía um histórico de militância pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará, o que influenciaria na sua vitória na convenção partidária contra o suplente de Deputado Federal, Raimundo Abdon, lançando sua candidatura pelo PTB, partido ao qual era vice-presidente regional. O Presidente Nacional do PTB, Paiva Muniz, esteve presente em Belém para apoiar a candidata, e esperava-se que Jânio Quadros também comparecesse, mas como também era candidato em São Paulo, tornou-se inviável.

Agostinho Linhares de Souza, 47 anos, natural de Bacabal (MA), engenheiro civil e professor de matemática da Universidade Federal do Pará. Fora eleito vereador em 1976 pelo MDB e em 1982 pelo PDS, onde se tornaria o líder do partido na câmara. Em julho de 1985, por divergências, funda o Partido Municipalista Brasileiro no Pará, tornando-se seu presidente regional.

Armando Teixeira Soares, 48 anos e nascido em Belém (PA). Economista e empresário, foi diretor das Centrais Elétricas do Pará e fundador da Associação Paraense da Pequena e Média Empresa. Foi candidato a Deputado Federal pelo PMDB em 1982, mas não conseguiu se eleger. Entra no PDT com a responsabilidade

de firmar o partido no Pará, acreditando ser até mesmo mais importante do que ser eleito. Seu principal apoiador era o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Considerações Finais

Os resultados evidenciam a força política que se exercia e até onde os apoiadores foram capazes de angariar votos. Faltando a apuração de 21 urnas, o jornal Diário do Pará, no dia 19 de novembro de 1985 lança as seguintes parciais, em ordem de votos: Coutinho Jorge (169.875 votos), Dionísio Hage (52.579), Júlio Viveiros (39.189), Humberto Cunha (33.597), votos nulos (25.852), Agostinho Linhares (25.823), Lúcia Penedo (16.928), Armando Soares (11.061) e votos em branco (10.192).

O ano de 1985 vinha sendo favorável para o PMDB. Houvera uma gigantesca comoção nacional por conta do falecimento de Tancredo Neves que havia sido eleito como o primeiro presidente civil desde 1961. Apesar de José Sarney ter assumido a presidência, a adoção de determinadas medidas econômicas garantiu elevados índices de popularidade. O apoio de Ulysses Guimarães, uma das maiores autoridades políticas no processo de redemocratização, somado ao apoio de Almir Gabriel e Jader, que garantiria a máquina midiática do jornal Diário do Pará a seu favor, influenciaram diretamente na vitória de Fernando Coutinho Jorge em todos os bairros e distritos de Belém, com uma considerável diferença em relação ao segundo colocado, Dionísio Hage, girando em torno de 100 mil votos, sendo este, o pleito de abertura da transição democrática na capital paraense.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 22, de 29 de junho de 1982. Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal. Brasília-DF, jun. 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc22-82.htm>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF, ago. 1979. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm> Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Brasília, DF, dez. 1979. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm> Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.332, de 1º de julho de 1985. Estabelece normas para a realização de eleições em 1985, dispõe sobre o alistamento eleitoral e o voto do analfabeto e dá outras providências. Brasília, 01 de julho de 1985. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm>. Acesso em 26 jul. 2020.

BRASIL. Presidente da República. Discurso do General Ernesto Geisel ao tomar posse no cargo da Presidência da República (15 de março de 1974). Brasília. 15 de março de 1974. 6f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/02.pdf/view>> Acesso em 21 set. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral – Pará. Resultado das Eleições Gerais no Pará (1945 – 2006). Belém, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PETIT, Pere. A Esperança Equilibrada: A trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo/UFPA. 1996.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1965. Revista de Estudios Brasileños. Salamanca. Vol. 3. N. 4. p. 24-37. Primer Semestre. 2016.

PETIT, Pere. O Golpe militar-civil e o partido dos militares (ARENA) no estado do Pará. *Historiae*, Rio Grande, 5 (2), pp. 179-226, 2014.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

REGULARIZAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS BRASILEIRAS: BARRA DA AROEIRA E A LUTA PELO RECONHECIMENTO DE DIREITO

Maria Helena Borges¹

Introdução

Poucas vezes a humanidade foi capaz de atrocidades com a dimensão da escravidão moderna, e o comércio de pessoas foi uma acumulação primitiva de capital entre os séculos XVI e XIX. Com uma ampla historiografia disponível, é de conhecimento que a escravidão nas Américas contabilizou cerca de 15 milhões de africanos, homens, mulheres e crianças, que foram arrancados de suas terras e tiveram seus corpos comercializados como produto. Navios portugueses e brasileiros fizeram mais de 9 mil viagens com escravos da África para o Brasil.

Com um passado não tão distante de escravização, inicialmente trazido da África e de muitos outros que já nasceram aqui sob o regime de escravidão, o corpo do negro foi posto no lugar de mercadoria à disposição de um país em construção. A escravidão marcou profundamente a vida cultural, social e econômica do país, e isto fica evidente quando entra em cena a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado, organizado e mantido através da luta de gerações.

Durante muitas décadas havia o pensamento, baseado no senso comum, de que a Amazônia era formada por uma população predominantemente indígena e com a participação de brancos, ignorando assim a dimensão da presença negra na região. Entretanto, se-

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Porto Nacional. Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas. E-mail: borges.maria@mail.uft.edu.br.

gundo Amaral (2010), a Amazônia também teve a presença do negro desde finais do século XVII. A estimativa é que tenha sido comercializados cerca de 25 mil escravos na imensa área que hoje conhecemos como estados do Maranhão, Pará, Amazonas e Mato Grosso.

O Estado de Tocantins, antes região norte do Estado de Goiás, foi criado a partir do artigo 13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, e ocupa uma área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste do Norte do país, na região da Amazônia Legal. A chegada dos negros escravizados, no então norte goiano, ocorreu durante o ciclo do ouro, considerado o período em que a extração e exportação do ouro figurava como principal atividade econômica na fase colonial do país e teve seu início no final do século XVII.

As terras de quilombos estão distribuídas em praticamente todos os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre, Roraima e o Distrito Federal. Segundo a Fundação Cultural Palmares, em 2020, há certificadas no país 2.777 comunidades, sendo 11% na região Norte. No Tocantins são 38 comunidades certificadas, dentre elas, a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, situada numa área de 62.315 hectares, localizada nos municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo e Santa Tereza do Tocantins, onde 174 famílias vivem da agropecuária e do extrativismo. Barra da Aroeira faz divisa com o corredor ecológico do Jalapão e sua origem data de 1871, quando Dom Pedro II teria presenteado, com terras, um negro combatente da guerra do Paraguai, Félix José Rodrigues (DIAS, 2011).

Este artigo é parte da nossa pesquisa sobre os mecanismos de comunicação que a Comunidade Quilombola Barra da Aroeira utiliza para preservar sua história. Nossa proposta para este artigo é contextualizar a luta em torno das suas reivindicações mais impor-

tantes, a demarcação dos seus territórios e suas respectivas titulações. As pessoas entrevistadas como fonte apresentada neste artigo, iremos denominar aqui, com nome de árvores do cerrado: Angico e Sibipiruna. Por meio de entrevistas semiestruturadas ouvimos sua história, mas também seus anseios e preocupações com o cenário atual, principalmente no que diz respeito sobre o direito ao território, uma conquista advinda de décadas de reivindicações, embates e articulações construídas por eles.

Terras quilombolas: aspectos históricos da luta por um direito fundamental

Muitos são os conflitos que as comunidades quilombolas enfrentam quando estas se põem em movimento no sentido de reivindicarem seus direitos aos territórios ancestrais. Em diferentes partes do Brasil, os lugares habitados pelos negros foram desqualificados e abandonados pelo poder público ou mesmo questionados, por outros grupos com maior poder e legitimidade junto ao Estado. Muito embora a luta organizada das comunidades quilombolas no Brasil tenha tido importantes conquistas, como o reconhecimento e a garantia de proteção através da Constituição de 1988, muitos passos ainda necessitam ser dados.

A demarcação e titulação efetiva das terras/territórios quilombolas caminham lentamente, e a falta de continuidade de ações e projetos ainda é um problema. Apesar da lentidão no processo, desde o reconhecimento até a titulação, a identidade quilombola ainda é um instrumento de luta. Atualmente, não só a Barra da Aroeira, mas as comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro se organizam politicamente em torno de suas reivindicações mais importantes, que são a demarcação dos seus territórios

e suas respectivas titulações. Essas comunidades são detentoras de características culturais peculiares que as distinguem umas das outras e da sociedade, onde a terra é usada para produção de alimentos necessários à sua sustentabilidade; é o local onde os seus antepassados viveram e estão enterrados, estabelecendo, assim, o sentimento de pertencimento. Sobre o processo de reconhecimento e identificação de territórios quilombolas, Mombelli (2016) complementa que, são todos os lugares reconhecidos pela comunidade e identificados pelos estudos antropológicos como fundamentais à reprodução das suas formas de fazer e de viver.

São lugares dotados de referências identitárias e culturais repletos de significados para esses grupos sociais e que geralmente se traduzem pela existência de marcos materiais, como taipas construídas por escravos, cemitérios, antigos lugares de moradias, de roças, áreas de criação de gado, de extração de plantas e ervas medicinais, entre outros (MOMBELLI, 2016, p. 140).

Considerando o tamanho do território nacional, com base em dados do IBGE (2019), os territórios quilombolas hoje titulados, abrangem 0,12% do território nacional. A estimativa, ainda conforme os dados, que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não chegará a 1%, sendo que os demais estabelecimentos agropecuários representam cerca de 40%. De acordo com o Incra, o tamanho dos territórios demarcados garantirá a reprodução física das famílias quilombolas, assim como a sua sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Muitas comunidades quilombolas no Brasil lutam pela conquista ou permanência em seus territórios ancestrais e, via de regra, estas entram em choque com os mais diversos interesses, sejam eles do poder público ou privado.

As comunidades quilombolas ao se organizarem pelo direito aos territórios ancestrais, não estão apenas lutando por demarcação de terras, às quais elas têm absoluto direito, mas sobretudo elas estão fazendo valer seus direitos a um modo de vida (SILVA e NASCIMENTO, 2016).

A identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação dos territórios quilombolas são essenciais para a sobrevivência das gerações atuais e futuras. A questão quilombola passou a fazer parte da agenda a partir da promulgação da Constituição. Os Rodrigues, na Fazenda São Domingos, na luta para defender seu território, deixaram a história de descendente de um negro livre, proprietário de terras, para se tornar uma comunidade, para garantir assim o direito à terra em que vivem. Silva (2011) lembra que o processo utilizado pelos moradores da Barra da Aroeira é comum, uma vez que quando uma comunidade quilombola se organiza e reivindica seus direitos sobre um território ancestral, quando ela luta para se territorializar, ela está negando o lugar marginal que lhe havia sido designado pela sociedade.

De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (INCRA, 2019), o documento original de doação das terras teria sido destruído em um incêndio e as tentativas posteriores de reconhecimento e registro não foram executadas pelo poder público. Durante 150 anos, os herdeiros de Félix Rodrigues foram sendo empurrados forçadamente e atualmente tem garantido como comunidade quilombola apenas 12% da área original, enquanto o restante foi ocupado por dezenas de fazendas. Situação em que deixa a entrevistada Angico, bastante apreensiva quanto ao futuro. “Nossa terra era muito grande, mas o povo foi invadindo. Tão chegando aqui, daqui pouco estão aqui, estamos ‘imprensado’ aqui, por isso estamos pedindo ajuda pra ter logo o documento pra gente

garantir o que é nosso”. O sentimento de urgência para que a titulação se efetive também é compartilhado pela entrevistada Sibipiruna.

Estamos preocupados, precisamos de nosso título, pois esse governo que está aí não gosta de quilombo, para ele nós é tudo preguiçoso, gordos, tem lá aquele caso de comparar nós com arroba, mas a gente não quer esmola não, queremos trabalhar no que é nosso, garantir o futuro dos nossos filhos aqui na terra dos nossos ancestrais.

Sobre o processo de reconhecimento como comunidade quilombola Dias (2011), relata que a mobilização local em Barra da Aroeira para o reconhecimento teve início no começo da década de 1980, quando o grupo intensificou contatos mais sistemáticos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Nacional, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grupo de Consciência Negra do Tocantins (Gruconto) e a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Consaúde). Desse modo, o grupo que antes era afirmado como herdeiro de um ancestral comum, passa a agregar novas forças de nomeação para se tornar uma comunidade sem precisar abandonar ou rejeitar elementos que constituíram e garantiram a sua existência. Entretanto, o processo de legalização vem sendo conduzido de forma bem lenta, Barra da Aroeira foi reconhecida em 2006, recebeu o RTID do Incra somente em 2011, e até dezembro de 2020, ainda não recebeu o título definitivo.

O lento processo de reconhecimento e titulação pelo poder público

Mesmo com os inegáveis avanços obtidos nas últimas décadas, a garantia de direitos aos quilombolas vem se dando de forma bastante lenta, somando a essa lentidão, a paralização vigente nos últimos anos

no que concerne à titulação de terras quilombolas. Segundo dados da Comissão Pró Índios de São Paulo (2020), apenas 9% das comunidades quilombolas vivem em áreas tituladas. São cerca de 1.700 processos tramitando no Incra, sendo que 44% deles foram abertos há mais de 10 anos. Já 85% dos processos não contam sequer com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), fase inicial que identifica os limites do território quilombola a ser titulado.

A Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, e especificamente no Art. 68, definiu que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras teriam reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado conceder a eles os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Com o processo da Constituinte, o acesso à terra foi a principal reivindicação dos quilombolas. O reconhecimento pela posse da terra era então a bandeira de luta de grupos que passaram a se organizar fortemente em prol da garantia desse direito. Esses grupos, segundo Silva (2011), têm suas origens em movimentos dos anos 1930 e reinventados nos anos 1970. Por volta dos anos 30, do século XX, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), que identificava o negro pelo elemento cor e não pelo elemento cultural, procurando afirmar o negro como brasileiro e renegar as tradições afro-brasileiras. Ainda nesta época, surge o Teatro Experimental do Negro (TEN), que mantém intenso diálogo com as culturas afro brasileiras, e em 1978 surge o Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo a autora, são esses movimentos que abrem uma consciência política na autoafirmação do negro enquanto singularidade.

Mais do que isso, eles abrem caminho para uma ação afirmativa que se inscreveu na Constituição de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, ou seja, a garantia de que aos “remanescentes de comunidades quilombolas” o direito ao território estaria assegurado (SILVA, 2011, p.8).

Mesmo tendo a garantia da constituição em 1988, somente após 15 anos foi definida a forma para que este direito fosse regulamentado, com a publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O Decreto regulamentava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Entretanto o questionamento da constitucionalidade do decreto foi levado ao Supremo Tribunal Federal em 2004 pelo partido Democratas (à época Partido da Frente Liberal - PFL), com intuito de obstaculizar a efetividade do direito dos quilombolas à propriedade de suas terras (JURISPRUDÊNCIA, 2016). O STF iniciou o julgamento desta Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em abril de 2012, depois de um pedido de vistas pela ministra Rosa Weber, o julgamento deste processo ficou suspenso até o ano de 2015, data em que novamente foi adiado por um pedido de vistas do ministro Dias Toffoli. Quase 14 anos depois, em 2018, o julgamento da ADI voltou à pauta do Supremo Tribunal Federal (STF), que por maioria de votos, o STF declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos.

A publicação do Decreto 4.887, possibilitou produzir novos conhecimentos, registrar saberes, conhecer e valorizar a presença do negro e o papel prota-

gonista da história e cultura dos afrodescendentes no Brasil. “Esse artigo é muito importante porque reconhece a diversidade étnico cultural, os usos e posses de terras pelas comunidades negras que integram a nação brasileira” (MOMBELLI, 2016, p. 137). O Decreto considera como remanescentes de comunidades de quilombos grupos étnicos raciais com critério de autorreconhecimento, observando a trajetória histórica do grupo, as suas relações e forma de organização social e, especialmente, a ancestralidade. O diferencial deste decreto é que passa a vigorar que, são os próprios sujeitos que definem sua identidade, e não o poder público.

As políticas que ameaçam as conquistas garantidas pela Constituição

Mas mesmo com a garantia através do processo de reconhecimento pelo Incra, fundamentado na Constituição Federal, de acordo com Macedo (2019), o Brasil vivencia, no atual momento, um forte avanço de políticas que colocam sob ameaça as conquistas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros) localizadas em todas as regiões do país; conquistas advindas de décadas de reivindicações, embates e articulações construídas por esses sujeitos. Segundo a Constituição, as terras quilombolas são áreas retiradas do mercado depois de regularizadas e não podem ser comercializadas. Talvez seja esse o motivo de inúmeros questionamentos promovidos por grupos econômicos hegemônicos, partidos políticos e outros segmentos da sociedade com relação ao reconhecimento dos direitos territoriais dessas comunidades. Para Macedo (2019), no que diz respeito aos quilombolas, estão em curso discursos e medidas que visam deslegitimar a sua posse das “terras tradicionalmente ocupadas”, vistas como um em-

pecilho para a exploração da terra por parte do agonegocio e implementação de grandes projetos, como a construção de hidrelétricas.

O discurso encontra ressonância nas atitudes do presidente do Brasil, eleito para o pleito de 2019/2022, Jair Bolsonaro, que em eventos oficiais como Chefe do Executivo Nacional, faz questão de ressaltar a sua política para com as populações tradicionais. No dia 10 de março de 2020, a Agência Reuters² noticiou que em um evento em Miami (EUA), exclusivo para empresários americanos, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não irá demarcar mais terras quilombolas no país, apesar dos 900 pedidos que existem para serem assinados, assim como não ampliará as demarcações de terras indígenas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Assunção José Pureza. Da África à Amazônia: sociedades quilombolas e meio-ambiente. Programa “Brasil – África: Histórias Cruzadas”, parceria UNESCO-MEC-NEAB/UFSCar, 2010. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=4438677&codPapelTramitavel=48265201>. Acesso em: 08 de março de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

DIAS, Luciene de Oliveira. “Não vê que neste mundo não tem cabaça”. Espacialidades e Identidades em Barra de Aroeira – TO. 2011. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Tese_104.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 de julho de 2020.

² A Reuters é a maior agência internacional de notícias e multimídia do mundo através do Reuters.com, pelo celular, de vídeos e de plataformas interativas de televisão.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/incrato-publica-relatorio-do-territorio-quilombola-barra-de-aroeira-to>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

JURISPRUDENCIA – Direitos Quilombolas. Disponível em <https://direitos-quilombolas.wordpress.com/2016/06/05/constitucionalidade-do-decreto-n-o-4-8872003/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

MACEDO, Janailson Luiz. Caiana dos Crioulos e seus “encantos”: problematizando a constituição de lugares de memória em uma comunidade quilombola paraibana. 2019. Revista História Oral, v. 22, n. 1, p. 102-124, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=download&path%5B%5D=890&path%5B%5D=pdf> Acesso em: 25 de julho de 2020.

MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. P. 130 a 145. In História da Fronteira Sul. Chapecó – RS. Editora UFFS, 2016. Disponível em PDF.

PALMARES, Fundação Cultural. Site palmares.org.br. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 14 de setembro de 2020.

SILVA, Simone Rezende da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. 2011. Revista Nera – Ano 14, Nº. 19 – Julho/Dezembro de 2011 – ISSN: 1806-6755. Disponível em PDF.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. 2016. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2339/1962>. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

STF – Superior Tribunal Federal. Teses e Fundamentos 2018. PDF disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoInformativoLivro/anexo/informativos2018.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2020.

**NARRATIVAS E REGIME DE HISTORICIDADE: DOCENTES, PAIS E ALUNOS
EM MEIO À PANDEMIA DE SARS-COV-2, BELÉM DO PARÁ, 2020**

Eliezer da Rocha Gonçalves¹

Introdução

Ao longo do ano de 2020, a disseminação da SARS²-CoV-2, que causa a doença Covid-19, alcançou oficialmente o Brasil em 17 de fevereiro, com o primeiro caso confirmado em São Paulo, marcou um tempo de “globalização viral” (DA SILVA, 2003, p. 274) ao ser declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a 11 de março. Processos pandêmicos já haviam impactado a humanidade com milhões de mortos, a exemplo da Peste Negra em 1348 e da Gripe Espanhola em 1919. Entretanto, certo permeio característico à SARS-CoV-2 tem entranhado nosso Tempo Presente num cotidiano de “estranhamento” (TUMOLO, 2004, p. 5): distanciado, isolado, mascarado, enluvado e intocado, os meios de enfrentamento ao vírus transmutaram o social próximo, ladeado, face a face, do tato e contato num risco à sociedade, impondo ao mundo do trabalho nova temporização e realocação em tempos e espaços invulgares que, no Brasil, favoreceram a cruzada conservadora que tem enfraquecido a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 2017 com o governo Michel Temer (MDB) e, desde inícios de 2019, com o governo Bolsonaro (Sem Partido). Acresce que debilidade da saúde pública e flexibilização das relações de trabalho, conformaram na Educação Básica a reestruturação do tempo, espaço e meios de ensino: isolou so-

¹ Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela UFPA. Professor da Rede Privada de Ensino. Sem financiamento. Contato: alsospricht5@hotmail.com

² Sigla inglesa para Síndrome Respiratória Aguda Grave.

cialmente pais, docentes e discentes, simultaneamente aproximados pela instrumentalização do *home office* e ensino remoto, a rigor, “espaços de experiências” (KOSELLECK, 2006, p. 309) vivenciados num mundo do trabalho estranhado pela SARS-CoV-2 acelerando na “historicidade” (HARTOG, 2019, p. 11) os nocivos ataques aos direitos sociais e relações trabalhistas por meio de adaptações do trabalho no Tempo Presente e da educação na História Imediata. De tal sorte, que se torna necessário partirmos da “estranheza do que se passa hoje” à “discursividade da compreensão” (CERTEAU apud HARTOG, 2019, p. 15), ao que proponho duas questões: nos “espaços de experiências” que relacionaram educação e trabalho na História Imediata, como fontes escritas e orais disponíveis permeiam o “regime de historicidade” (HARTOG, 2019, p.17) e que “horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 2013, p. 313) se desdobraram dessa “historicidade” como diagnóstico pinçado a partir de Belém, Pará, sob os impactos da pandemia da SARS-CoV-2?

“Volta à normalidade”: embate na história imediata

Por ser “próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento” (LACOUTURE, 1988, p. 216), em meio à História Imediata há vocabulários possíveis de se observar e aferir como dados pertinentes pela inerência da “vulgarização vocabular” de uma comunidade, produzida pela linguagem social entremeada ao discurso na construção linguística, menos num “sentido lexical” *stricto sensu* e mais num sentido de “domínio lexical”, o qual é “incontornável de ser examinado” (CUISIN-BECHE, 2006, p. 495). Sobretudo, nos interessa o vocabulário como “vulgarização” usado

na análise do discurso como “saber colocado à disposição de não-especialistas” (idem, p. 495-496): vocábulos como doença, virose, surto, ou termos como Posto de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Sistema Único de Saúde (SUS), plano de saúde, entre outros, integrados ao cotidiano brasileiro e paraense, orbitam o espaço de acesso, privação ou retrocesso, em torno dos “Princípios Fundamentais do Estado Democrático de Direito” (consolidados no art. 1º, incisos II, III e IV), dados como “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil” (relacionados no art. 3º, incisos I, II, III e IV) e previstos como Direitos e Garantias Fundamentais pela Constituição Federal de 1988, em atendimento à sociedade (estabelecidos no art. 5º, com regulação nos art. 24, 196, 198 §§ 1º ao 4º; e art. 200). Entre dezembro de 2019 e março de 2020, notícias sobre a SARS-CoV-2 massificaram informações e vocábulos relacionados à “pandemia”. Verificados nos sistemas básicos de busca digital³ em jornais de circulação nacional, concentramos a pesquisa e análise de dados no jornal *Estadão*, verificando ocorrências vocabulares nos 180 dias entre 1º de janeiro e 30 de junho e comparando-as com os cem anos de edições entre 1919 e 2019, identificando pela “vulgarização” um “domínio lexical” de “sentidos precisos” (CUISIN-BECHE, 2006, p. 301-302) referenciador do vocabulário pandêmico. Porém, a massificação de ocorrências diárias relacionadas à SARS-CoV-2 foi abalada pelo negacionismo do risco à saúde pública e da resistência às medidas de enfrentamento à pandemia por setores conservadores ligados ao governo federal: partidos de direita, militares, segmentos católicos e neopentecostais. Nesse sentido, a expressão “volta à normalidade” apresenta um peso de significância maior: entre janeiro e fevereiro as

³ Apesar da resistência e desconfiança de seu uso como instrumento de pesquisa por historiadores mais tradicionais, conforme análise de MARCÍLIO, 2013, pp. 43-44.

ocorrências mínimas – em alguns casos, zero – seguiram a frequência padrão entre 1919 e 2019 e, a despeito dos boletins da OMS e o espalhamento da doença na China e Europa desde dezembro de 2019, alcançaram picos apenas em abril e maio. Tanto que a expressão “volta à normalidade” antes de 2019, através dos dados obtidos no Estadão, evidenciou a relação à contextos sociais, políticos e econômicos a posteriori do événement (DOSSE, 2013, p. 4).

Tabela 1 – “Domínio lexical” durante a pandemia de SARS-CoV-2

Tabela 1 – “Domínio lexical” durante a pandemia de SARS-CoV-2

Vocábulos	Ocorrências (1919 a 2019)			Ocorrências 2020 (jan./jun.)		
	100%	Meses	Média	100%	Média	(≠ <)
Saúde pública	21.454	120	178,0	744	124	565
Máscara de proteção	27	96	0,2	19	3	18
Álcool em gel	385	24	16,0	514	85	497
Isolamento social	164	108	1,5	1.388	231	1386
Respiradores	168	84	2,0	388	64	380
Pandemia	1.088	120	9,0	5.387	897	5.377
Volta à normalidade	661	120	5,5	24	4	18

FONTE: Elaborada pelo autor do trabalho: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso: 21 de julho de 2020.

Contudo, “volta à normalidade” adquiriu em 2020 duas conotações de “retomada” contraditórias e auto excludentes, percebidas nas 24 ocorrências entre março e junho e todas relacionadas à SARS-CoV-2. De um lado, a retomada *a posteriori* do isolamento social e de caráter mais sanitário que econômico, criticando o mercado, comparado a uma “criança histérica que não consegue ouvir o adulto na sala” (18 mar., p. B4), definiu a retomada como processo “pós-aceleração da pandemia” para que não acabasse por “trazer o vírus de volta” (11 abr., p. B2); necessitando “conhecer melhor a doença” para depois “estabelecer estratégias de volta à normalidade” (18 abr., p. A3); que deveriam estar “am-

paradas em dados científicos” e “resguardando a saúde da população” (24 abr., p. A3); “por ser mais sanitário que econômico” as estratégias de retomada deveriam ser muito bem pensadas (25 abr., p. A2). Em oposição, a retomada a priori é negacionista-econômica, exclui o sanitário e é representada, teatralizada e defendida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em “suas saídas” ao comércio de Brasília (4 abr., p. A2), exigindo “a volta à normalidade sem um plano responsável” (14 mai., p. A3) e costumeiramente sem fazer uso do que se tornou o símbolo do contexto pandêmico: a máscara de proteção. Contudo, concepção sanitária-econômica e concepção negacionista-econômica encerram em si a “volta à normalidade” que impacta diretamente os dilemas de pais, educadores, técnicos e funcionários em escolas privadas, públicas e a educação de educandos em todos os níveis do território nacional. No Pará não foi diferente.

Pais e professores em meio a pandemia em Belém

Autorizados pela direção regional da Rede de Ensino⁴ a qual pertence a escola onde ministramos aulas para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em julho realizamos pesquisa por meio de formulário *Google* para acessar o cotidiano de pais/responsáveis e discentes na pandemia. Também entrevistamos docentes da Rede Privada de Ensino em Belém, objetivando entrar em contato com as percepções de pais/responsáveis e docentes em meio ao ensino remoto e relacionar os dados obtidos como percepções da historicidade. Devido à baixa frequência de respostas e pela sua condição como dados iniciais, assumimos os riscos de uma análise mais qualitativa das respostas para mi-

⁴ Por questões ético-profissionais, faço a opção de manter o sigilo da Escola enquanto empresa.

nimizar ao máximo distorções. E em se tratando deste espaço, tratarei dos dados mais pertinentes em relação às experiências, expectativas e historicidade possíveis de ser acessados. Assim, considerando um universo de 152 alunos matriculados do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, pais/responsáveis que responderam ao formulário, em torno de 25% do total, cujo perfil geral foi arrolado na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil dos responsáveis que responderam ao formulário

Mulheres, casadas, entre 41 e 60 anos.....	94%
Formação com ensino superior e pós-graduação.....	52,8%
Atuando no meio público.....	38,9%
Atuando no meio privado e liberal (cada).....	30,6%
Responsáveis por até três filhos.....	66,6%
Capazes de diferenciar “pandemia” e “epidemia” antes da SARS-CoV-2.....	47,2%
Consideraram o isolamento necessário.....	69,4%
Conheciam os sistemas de home office.....	97,2%
Consideraram a atuação dos professores online como essencial.....	70,2%
Sentiram-se como docentes em sala de aula.....	30,5%

Fonte: Elaborada pelo autor do trabalho.

Ao formular a questão *o trabalho de amanhã já se tornou o trabalho de hoje?*, concordaram em parte 58,3%, por entender que trabalho remoto e presencial se complementarão por muito tempo ainda. No esforço de aproximar a subjetividade de pais/responsáveis de uma composição imagética ou representação da pandemia relacionada ao ensino remoto propusemos: *se você fosse levado a comparar sua experiência em meio à pandemia e ao ensino remoto a um filme, você compararia a um filme de época, uma ficção científica ou um drama?* A maioria comparou a relação da pandemia e ensino remoto a um filme de ficção científica (38,9%) e a um drama (25,0%). Na última pergunta ao sugerirmos a cada responsável usar uma palavra que definisse

a atuação dos professores durante a pandemia, ocorreu a fragmentação na frequência das respostas⁵ tornando a expressão “superação” (14,3%) a mais empregada. Como síntese de dados iniciais, a pesquisa demonstrou tanto a importância dada ao isolamento social e ao ensino remoto quanto apontam para um presente sobre o qual se desdobrou um futuro dramático, como que antecipando entradas futuras em determinadas “alas” posteriores da “história-palácio” da metáfora veyneana (VEYNE, 1995, p. 133) resignificando aulas remotas e atuação dos professores como superação acontecimentalizadora (DELEUZE, 2000, p. 152; DOSSE, 2010, p. 169) “no durante” das múltiplas tensões sociais, educativas e trabalhistas. É o que se percebe na fala da “Entrevistada Um”, professora de língua portuguesa, literatura e redação, 41 anos, atuando na rede privada de ensino a 12 anos, entre o 6º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio. Indagada sobre sua experiência com o *home office*, afirmou que...

... assim, esse tipo de atendimento, (...) eu costume fazer por rede social é... até mesmo antes daa... de tudo isso, de todo esse isolamento, com esses alunos que... estudaram comigo aqui e que agora moram em outro estado, né... que eu faço um trabalho com redação ENEM... Então eles fazem muito a questão da correção da redação, né... isso eu já fazia antes. Só que não nesse... nessa amplitude de fazer, né... com turmas, né... com outras escolas, várias turmas, de várias faixas etárias... (...) a gente costuma fazer às vezes com alguns alunos pelo *whatsapp* né... (...) pedem tira uma dúvida, e tal... Mas não, não com essa amplitude toda, que teve de ser tomada: da obrigatoriedade de ser assim... (Entrevistada Um. Entrevistador: Eliezer da Rocha Gonçalves. Belém, PA, 7 de julho de 2020).

⁵ Em termos como “esforço”, “incansáveis”, “excepcionais”, “desvalorizados” e “heróis” (2,9% cada); aparecendo também “gratidão”, “essencial” (5,7% cada) e “indispensável” (8,6%)

Dois “lugares de fala” (RIBEIRO, 2019, pp. 84-83) emergem da experiência da “Entrevistada Um”: do uso espontâneo-educativo e do uso impositivo-institucional dos meios tecnológicos e “mídias sociais”. A forma espontânea-educativa é apresentada como apoio ou suporte a ex-alunos morando em outro estado e que solicitam a orientação profissional direcionada à redação para o ENEM, obtida com a utilização equitativa de “mídia social” (whatsapp) como meio de superar as distâncias espacial, temporal, cultural e social e como extensão da “rede social” já previamente estabelecida entre educadora e educandos, mantida como ensino remoto pela entrevistada e para além da contratualidade trabalhista/comercial: uma “brecha” (HARTOG, 2019, p. 19) educativa e libertária em meio às imposições do mundo do trabalho e tecnológico, corroborada na fala do “Entrevistado Três”, professor licenciado pleno em Língua Portuguesa e Especializado no Ensino da Língua Portuguesa através da contação de história, 42 anos, atuando no ensino de língua portuguesa e redação a 20 anos na rede privada de ensino e como contador de história a 15 anos no circuito cultural de Belém, que...

... tempos depois, (...) de isolamento social, (...) eu precisava ver as coisas, saber das coisas, que, que tava acontecendo. E foi quando eu criei o Instagram. Pra divulgar o meu trabalho. E aí, associado à divulgação do meu trabalho, eu comecei a ver que outros contadores de histórias começaram a divulgar os seus trabalhos (...) numa dinâmica que eu não sabia, que eu ainda sou amador, que foi as live's. (...) eu comecei a entrar nas live's e me apresentar... a, a maravilha era dizer (...) Belém do Pará presente! E aí as pessoas que estão em outros estados elas se veem... (...) se sentem lisonjeadas tanto quanto eu... (...) E a, e a, a minha alegria foi ser convidado pra isso! (...) um educador lá do Espírito Santo, ele pegou e me convidou: “(...) topa fazer uma live?”... Eu digo: égua, não acredito, né! (...). Num sei como

fazer! “Não... vou te mandar o convite e aí eu vou te dando o passo a passo”... E aí eu comecei! Imagina só, contando história pro Espírito Santo, pro Brasil (...). (Entrevistado Três. Entrevistador: Eliezer da Rocha Gonçalves. Belém, PA, 9 jul. 2020).

A forma impositiva-institucional se diferiu. E muito. Para manter aulas, alunos, pais e docentes, cada escola optou por uma plataforma digital – *Zoom*, *Microsoft Teams*, *Google Meets*, *Schoology*, entre outras –, diversificou horários de aula que coincidiram – ou não – com a carga horária dos docentes, reelaborando/readequando esses horários como “lugar de fala” que não partiu dos “espaços de experiências” docentes, antes, foram apropriados pelas estratégias institucionais que lhes impôs como deveria ser/fazer/partir a práxis educativa: ambiente silencioso, iluminado, neutro, discreto que descaracterizou a residência do professor e transformou-a em sala de aula da instituição. Ainda que ao docente tenha sido resguardada relativa autonomia da “fala” – do conteúdo disciplinar curricular –, seu “lugar” de partida foi tornado prenúncio standart da tendência das metodologias ativas inseridas a contrapelo da impossibilidade da aula presencial e da necessidade da aula remota e não num contexto de espontaneidade da construção do ensino, como na sala de aula presencial. Ademais, indagado pela questão *o trabalho de amanhã já se tornou o trabalho de hoje?*, o “Entrevistado Três” afirmou:

Como educador acho que não, sabe? Eu acho que, (...) porque assim... a, a, a escola, ela estava avançando! (...) seguir o ritmo da tecnologia, (...) O que aconteceu agora foi repentino! (...) eu não vejo como sendo o marco, o determinante, de que daqui pra frente vai ser assim! (...) essas dificuldades que a gente tem, inclusive da própria condição da qualidade da internet, é... (...) tem um monte alunos no Brasil inteiro e creio que no mundo, que não puderam acompanhar as aulas porque não tem equipa-

mento. (...) a, a, a... a minha conexão cai, hoje o meu celular desligou várias vezes... (...) a escola não tá me preparando pra eu atender ao interesse dela. E aí vem a outra parte: enquanto mercado, a escola se entregou e a gente deve acompanhar. O aluno é tecnológico. O jovem é tecnológico. (Entrevistado Três, idem).

Tanto a “Entrevistada Um” quanto o “Entrevistado Três” apontam no mesmo sentido: certa imposição tecnológica durante o isolamento social tencionando cotidiano e comum da modalidade presencial (séries, níveis e faixas etárias de ensino, sala de aula, etc.) pelas exigências e limitações do *home office* e ensino remoto – nova adaptação do mundo do trabalho. A saber, cada “lugar de fala” que situou direções, ordenações, equipes pedagógicas, professores, pais/responsáveis e alunos em “espaços de experiências” de exigências e adaptações aceleradas – a exemplo do acesso obrigatório à determinada plataforma digital – deixou de lado diferenças de saberes virtuais – uso de aplicativos e plataformas, solução imediata de problemas do ambiente remoto, etc. –, meios e qualidade de acesso para cada diretor, coordenador, orientador, pedagogo, docente, pai/responsável e discente. Nesse sentido, a significação dada pelo “Entrevistado Três” à escola como “empresa” foi de um aceleração de sua estrutura tecnológica à qual o discente – “tecnológico”, mesmo sem condição de acesso – impõe ao docente – “não tecnológico” ou sem condições de acesso – o dever de acompanhar. Tais tensões apontam duas direções: a escola com seu “lugar de fala” como empresa e pais/responsáveis com seu “lugar de fala” como clientes; sob fogo cruzado, o docente em seu “lugar de fala” sujeito a “epistemologia tecnológica” menos como “extensão do braço do homem” (ADORNO, 1995, p. 132) e mais como transmissão do conhecimento (KILOMBA apud RIBEIRO, 2019, p. 87), ao qual se você não possui con-

dições adequadas de acesso ou não domina determinado aplicativo ou plataforma online, deixa de ser o excelente professor das aulas presenciais para se tornar o professor que não sabe utilizar a tecnologia básica, temeroso:

Do ponto de vista... empresa, instituição, eles estão apostando e investindo (...). E aí mano, você se enquadra ou não. (...). Tô te falando com franqueza! (...) pra escola é muito conveniente que eles queiram que você atenda a necessidade de quem tá ali... E aí eu tenho um problema de conexão que eu tô com medo de dizer pra escola... [pausa longa]. Se tá entendendo? Só pra você ter uma ideia... [pausa longa]. Então ou eu aprendo a lidar com isso, ou eu vou ser peça descartada. (Entrevistado Três, ibidem).

À guisa de conclusão

No dia 12 de novembro, em nota oficial, a Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia, mantenedora do Colégio do Carmo, instituição de ensino tradicional localizada no bairro da Cidade Velha, centro de Belém, com mais de 90 anos de serviços educacionais, anunciou o encerramento de suas atividades devido aos impactos da SARS-CoV-2, “sobretudo no mercado particular educacional”, impedindo o prosseguimento de suas atividades num contexto ao qual se viram “prejudicados em função do aumento expressivo no índice de inadimplentes, número de evasão escolar, cancelamentos ou de transferências de matrículas” (O Liberal, 12 nov. 2020). Em Icoaraci, Distrito de Belém, o Jardim Escola Lírios do Campo, escola tradicional de ensino infantil, também fechou suas portas devido aos impactos da SARS-CoV-2: inadimplência, evasão escolar e cancelamento de matrículas. Com relação aos impactos nos contratos de trabalho professores, técnicos e gestão das escolas, não há ainda estatísticas conclusi-

vas ou seguras⁶.

De todo modo, como síntese de dados, o entendimento da importância do isolamento social e da atuação dos professores como indispensável/essencial, o sentir-se docente/discente, o coexistir trabalho/ensino presencial/remoto, o sentir-se numa ficção científica/drama e a percepção do trabalho docente como superação, nos apresentam a aceitação ao isolamento social e a necessidade do ensino remoto em meio aos possíveis “retornos à normalidade” ainda indefinidos, mas performadores do cotidiano de tensões, “a evolução escrita prossegue no presente” (LACOUTURE, 1988, p. 215) em andamento numa “produção de presenças” (GUMBRECHT, 2010, p. 13) que colidem sentidos na “historicidade”: de um lado, o “antigo normal” das aulas presenciais e espontaneidade no uso da tecnologia, produzidos como presença nos “espaços de experiência” de docentes (*home office*) e discente (ensino remoto) em meio à História Imediata, alimentam o “horizonte de expectativas” do sentimento/desejo de retorno à normalidade anterior à pandemia, subjetivamente disposto por pais/responsáveis na imagética da ficção científica/drama; de outro lado, a necessidade tecnológica produzindo uma presença impositiva da “epistemologia tecnológica”, expandiu/acelerou a adaptação de escolas/empresas, responsáveis/clientes e discentes/tecnológicos, tencionando a adaptação de docentes a partir do *home office*/ensino remoto, na “historicidade” que nega ao ensino presencial a “presença produzida” no ensino remoto, mas que ainda assim, pode permitir “brechas” à educação libertária.

⁶ Tentei contato com o Sindicato dos Professores do Estado do Pará (SINPRO-PA) e com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Pará (SINEPE-PA), mas até a data final de submissão deste texto não obtive resposta.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor, W. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUINEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- DA SILVA, L. J. A globalização da doença. Editorial. Revista de Saúde Pública, v. 37, nº 3, jun./2003, ISSN 1518-8787. Disponível: <<https://doi.org/10.1590/S003489102003000300001>>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- DELEUZE. A lógica do sentido. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- DOSSE, François. Renascimento do Acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- GUMBRECHT, H. U. Produção de Presença. O que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010.
- HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhardt. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.
- LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- RÉMOND, René. Por uma História Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.
- TUMOLO, Paulo S. Trabalho, Alienação e Estranhamento: visitando novamente os “Manuscritos” de Marx. 27ª Reunião da ANPEG. GT-09. 21-24 nov. 2004, Caxambu/MG. Disponível <<http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0916.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- VEYNE, P. Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história. 3. ed. Brasília: UNB, 1995.
- ROCHA, Eduardo. Pandemia faz Colégio do Carmo encerrar atividades em Belém após 90 anos. O Liberal, quinta-feira, 12 nov. 2020. Disponível: <<https://www.oliberal.com/belem/pandemia-faz-colégio-do-carmo-encerrar-atividades-apos-90-anos-1.325561>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

AMAZÔNIA HISTÓRIA IMEDIATA

Pere Petit¹

O Tempo Presente, como afirma Eric Hobsbawm, é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação.

(Marieta de Moraes Ferreira)

Territórios: Amazônia Legal e a Região Norte

Os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e as divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação devem ser analisados como construções político-sociais, não apenas pelas suas semelhanças ou diferenças em seus aspectos físicos: clima, vegetação e relevo. Fronteiras que foram definidas, fixadas, modificadas ou destruídas, por motivações e interesses diversos ao longo do tempo. Contudo, admitir que não são características naturais as que *determinam* os recortes do território não pressupõe negar que os fatores geográfico-climáticos não exerçam qualquer influência no momento de legitimar ou *fazer real* o que também foi *construído*.

Os processos de *construção* de regiões, províncias ou estados de um país e suas específicas singularidades econômicas, políticas ou culturais tampouco podem ser interpretados corretamente à margem da

¹ Professor Titular da Faculdade de História/UFGA: petitpere@hotmail.com.

Formação Socioeconômica e também Espacial, como o geógrafo Milton Santos gostaria de ver ampliado esse conceito desenvolvido por Karl Marx, na qual esses diversos recortes do território inserem-se, sem esquecer, porém, que cada um deles mantém uma relação específica com outros espaços da *totalidade mundo*, que configuram, por exemplo, a divisão internacional do trabalho e das relações econômico-comerciais entre regiões e países. Há relações econômicas de algumas regiões e/ou estados com o mercado internacional que, em determinado momento histórico, podem ser de maior importância que as estabelecidas com outras regiões ou estados do mesmo país, em decorrência da expansão espacialmente desigual do sistema capitalista; por exemplo, a Amazônia durante o primeiro “ciclo da borracha” ou no atual “ciclo do minério” no estado do Pará e o incremento, a partir dos anos 1970, da produção agropecuária na maioria dos estados da Amazônia Legal.

Após a criação, em 1966, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a Amazônia Legal manteve inalterado seu território, abrangendo os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e os territórios dos estados de Mato Grosso, a norte do paralelo 16º, de Goiás, a norte do paralelo 13º, e do Maranhão, ao oeste do meridiano 44º. Em outubro de 1967, foi criado o estado do Mato Grosso do Sul e definido que todo o território remanescente do estado de Mato Grosso permaneceria na Amazônia Legal. A área total da Amazônia Legal é de 5.015.067,749 km² (IBGE, 2020), aproximadamente 59% do território nacional.

Na divisão regional de 1970, foram instituídas as cinco macrorregiões hoje existentes no país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Após a aprovação da Constituição de 1988, os territórios federais de

Roraima e Amapá seriam transformados em estados e, desmembrado do estado do Goiás (Centro-Oeste), foi criado o estado do Tocantins, sendo inserido seu território na Região Norte, a qual, a partir de então, teria uma extensão de 3,9 milhões de km².

Figura 01 – Amazônia Legal 2019



Fonte: IBGE, 2020.

Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#ma-pa222992>.

A Nova República e a Amazônia Legal

Ao fim da ditadura militar boa parte dos objetivos socioeconômicos definidos pelos governos militares para a Amazônia tinham sido alcançados e não seriam estruturalmente modificados nos governos democráticos da Nova República. Objetivos sempre orientados a favorecer a concentração de capital, terras e outras riquezas para as elites econômico-financeiras e fornecer recursos energéticos, matérias-primas e alimentos para outras regiões do Brasil e para o mercado internacional, por meio de atividades econômicas, no

geral, ambientalmente insustentáveis, apesar da crescente importância social e cultural das teses econômico-ecológicas e iniciativas de desenvolvimento sustentável para a região.

Entre os planos nacionais de desenvolvimento econômico aprovados na década de 1970 que tiveram especial influência na Amazônia, cabe destacar o Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970, que tinha como um dos seus objetivos financiar as obras de infraestrutura destinadas a facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, entre elas a construção da Transamazônica e o Plano de Irrigação do Nordeste; o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972-1974; e, sobretudo, o II PND (1975-1979) durante o governo presidido pelo general Ernesto Geisel. Planos que orientaram as metas a serem alcançadas na Amazônia Legal por meio do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – 1972-1974 – e do II PDA – 1975-1979. Vejamos, a seguir, algumas das metas definidas no I PDA, recordando que ainda estávamos nos tempos do denominado *milagre brasileiro*, cujo desfecho deve ser creditado principalmente à ampliação das atividades econômicas na Região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo.

Amazônia em tempos de FHC e Lula

Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República (1995-2002) as políticas públicas do governo federal, ainda que influenciadas pelas orientações neoliberais do Consenso de Washington e do Fundo Monetário Internacional (FMI), serviram para a retomada das estratégias de planejamento para articular as políticas públicas da União nas diferentes regiões brasileiras, formalmente apre-

sentadas no Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 (*Brasil em Ação*) e no PPA 2000-2003 (*Avança Brasil*). No texto de introdução do programa *Brasil em Ação*, afirmava-se que a “Região Amazônica depois de ter sido objeto de uma ação governamental intensa nos anos 70, praticamente ficou à margem da atenção de Brasília em período mais recente” (BRASIL, 1996, p. 13), indicando como principais metas na área de atuação da Sudam a implementação das hidrovias Araguaia-Tocantins e Madeira-Amazonas, a recuperação da BR-364 (Brasília-Acre) e a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da BR-174 (Manaus-Boa Vista).

No programa *Avança Brasil*, sempre no intuito de seguir explorando as vantagens competitivas da Amazônia, foi definido que a maioria dos investimentos seria orientada ao aumento da produção de energia elétrica (Hidrelétrica de Tucuruí), a linhas de transmissão de energia e à conclusão dos corredores norte-sul (hidrovias e rodovias) para facilitar o transporte da produção agrícola (CARDOSO, 2008). Para Selecina H. Locatelli (2009, p. 55), esses projetos, “além de ignorar os passivos ambientais se propunham criar novos ‘eixos de desenvolvimento’ em regiões nunca antes atingidas pela ação humana e frágeis sob o ponto de vista ambiental, pois eram suscetíveis de queimadas e desertificação”.

Outras importantes decisões que tiveram extraordinário impacto na Amazônia Legal, sobretudo no Pará, durante os mandatos de FHC na presidência da República, foram a Lei Kandir (1996); a privatização da CVRD (1997), vendida ao preço irrisório - para não dizer outra coisa - de 3,3 bilhões de dólares; a extinção da Sudam (2001); e a criação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Decisões que alteraram significativamente o planejamento regional e, portanto, as políticas públicas da União na Amazônia, desde finais dos anos 1990 até os dias de hoje.

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi sendo recuperado o ideário desenvolvimentista e implementadas políticas sociais destinadas a melhorar as condições de vida da maioria dos brasileiros. Entre as propostas e as ações do governo federal na Amazônia durante os dois mandatos do presidente Lula são de destacar, em 2006, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), orientado a agregar valor à produção regional e diminuir o desmatamento; a ampliação do número de áreas protegidas e a criação dos distritos florestais sustentáveis; a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; e a ampliação das operações de fiscalização do Ibama. Medidas que dificultaram a ação dos grileiros, a extração ilegal de madeira, a produção de carvão vegetal e o desmatamento em áreas de floresta nativa para a criação de gado bovino e culturas agrícolas.

Maior impacto econômico, social e ambiental para a Amazônia tiveram os recursos públicos dos projetos do PAC em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre eles, os destinados à ampliação da capacidade de produção de energia na hidrelétrica de Tucuruí e ao planejamento e à construção de novas usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia. Na construção da hidrelétrica de Belo Monte (Altamira/Pará), o maior investimento público na Amazônia Legal dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), foram gastos, até 2013, mais de 30 bilhões de reais, 80% dos quais financiados pelo BNDES.

Em 2019, o estado de Mato Grosso liderou as exportações do agro do país, 17,3% do total a um valor de 16,6 bilhões de dólares. Nesse ano, os principais produtos exportados por Mato Grosso foram algodão, milho, soja e carne bovina (SCHIMANOSKI, 2020). Em 2018, o Pará superou, pela primeira vez, Minas Ge-

rais não apenas no número de toneladas e no valor do minério exportado, mas também no volume total de minério produzido. No primeiro semestre de 2020, o valor total de minério exportado pelo Brasil foi de US\$ 6,918 bilhões, participando o Pará com 57,5% do total (US\$ 3,981 bilhões), com destaque para o minério de ferro com uma produção aproximada de 180 milhões de toneladas. O valor total das exportações paraenses no primeiro semestre de 2020 foi de 6,7 bilhões de dólares, 88,6% oriundos da indústria extrativa mineral (ABREU, 2020).

O imenso “espaço vazio” que alimentava os discursos sobre a Amazônia desde os anos 1940 está cada vez “menos vazio” em decorrência do permanente fluxo migratório de pessoas de outras regiões do país e do próprio crescimento vegetativo positivo da população nos estados da Amazônia Legal. Segundo dados do Censo do IBGE de 1970, incluindo todos os habitantes da Região Norte e dos estados de Mato Grosso e Maranhão, nesse ano residiam na Amazônia Legal cerca de 8 milhões de pessoas (8,8% do total da população brasileira); aproximadamente 18 milhões em 1998; quase 25 milhões, em 2010; e 29.303.409, em 2020, segundo as projeções da população brasileira realizadas pelo IBGE (13,8% da população do país).

Em 1950, residiam na Região Norte 1.844.855 pessoas, hoje somos 18.672.591, representando 8,8% de todos os habitantes do país. O Pará continua sendo o estado mais populoso da Região Norte, ainda que desde Censo de 1991 deixasse de somar mais da metade dos habitantes da região. O fomento à instalação de novas empresas na Zona Franca de Manaus acelerou o crescimento demográfico da capital do estado do Amazonas. Nos anos 1990, Manaus superaria pela primeira vez a capital do estado do Pará, Belém, no número total de habitantes. Segundo dados do IBGE, em 2000 mo-

ravam no município de Manaus 1.403.796 pessoas e 2.219.580, em 2020. Em 2000, Belém tinha 1.279.861 habitantes e 1.499.641, vinte anos depois.

Tabela 1 – População dos estados da Região Norte: 1960-2020

Estado	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Acre	160.208	218.006	306.893	417.165	557.526	733.559	894.470
Amapá	68.889	116.480	180.078	288.690	477.032	669.526	861.773
Amaz- onas	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.812.557	3.483.985	4.207.714
Pará	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.192.307	7.581.051	8.690.745
Rondô- nia	70.783	116.620	503.125	1.130.874	1.379.787	1.562.409	1.796.460
Roraima	29.489	41.638	82.018	215.950	324.397	450.479	631.181
Tocan- tins	—	—	—	920.116	1.157.098	1.383.445	1.590.248
Região Norte	2.601.519	3.650.750	6.028.561	10.257.266	12.900.704	15.864.454	18.672.591

Fonte: IBGE, IX Recenseamento Geral do Brasil (1980). Censos Demográficos IBGE, 1991, 2000 e 2010. IBGE, Estimativa Projeção População Brasileira (2020)

História Imediata: Jair Bolsonaro presidente

Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente do Brasil no 2º turno das eleições realizadas no dia 28 de outubro de 2018, ao lograr 57.797.847 votos (55,1% dos votos válidos), por 47.040.906 (44,8%) que obteve Fernando Haddad (PT). No primeiro turno os candidatos mais votados foram Jair Bolsonaro (46% dos votos válidos), Fernando Haddad (29,2%) e Ciro Gomes, do PDT (12,4%).

Bolsonaro foi o candidato mais votado, tanto no 1º como no 2º turno, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Haddad venceu no Nordeste. No 1º turno Bolsonaro logrou na Região Norte 43% dos votos válidos, Haddad, 37% e 9% Ciro Gomes. No 2º turno das eleições de 2018, Jair Bolsonaro venceu em 15 estados

e no Distrito Federal e Haddad nos outros 11 estados, Fernando Haddad. Bolsonaro obteve no Acre o seu melhor resultado percentual do país, estado que foi governado pelo PT durante desde vinte anos (1989-2018). Bolsonaro teve também uma votação extraordinária em Roraima e Rondônia, logrando vencer, mas por escassa diferença de votos, nos estados do Amazonas e Amapá. Haddad foi o candidato mais votado no 2º turno no Pará e no Tocantins. Bolsonaro cresceu percentualmente mais que Haddad do 1º ao 2º turno nos estados de Acre e Rondônia; Haddad nos outros estados da região. Mantendo a lógica geral no país a exceção do Nordeste, tanto no 1º como no 2º turno, Bolsonaro superou a Haddad em todas as capitais da Região Norte. Entretanto, Haddad venceu as eleições na maioria de municípios dos estados do Pará, Tocantins Amazonas e Amapá.

Os discursos e as práticas Jair Bolsonaro antes de ser eleito e nos dois primeiros anos do seu mandato, dos ministros do seu governo e seus aliados no Congresso Nacional, nos governos estaduais e prefeituras, indicam que os objetivos socioeconômicos do seu governo para a Região Norte e para os outros estados e territórios da Amazônia Legal está sendo orientados deverão a aprofundar a desigual distribuição de renda e riqueza entre ricos e pobres na região ao pretender ampliar a concentração de terras em favor dos grandes proprietários; atacar os direitos dos povos indígenas e quilombolas; diminuir as áreas de preservação ambiental e as ajudas à agricultura familiar e às atividades extrativistas; paralisar os projetos de reforma agrária e favorecer os grandes empreendimentos agroindustriais, madeireiros e empresas de mineração. Objetivos do governo federal que além, de acelerar o desmatamento da floresta nativa e a participação do Brasil no aquecimento global, aumentaram os conflitos sociais e

o incremento da violência urbana e rural na Amazônia.

Entre 1970 e 2004, segundo cálculos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram desflorestados na Amazônia brasileira 680 mil km² (68 milhões de hectares). Os anos com as maiores taxas de desmatamento foram 1977 (21,3 mil km²), 1988 (21 mil km²), 1995 (29 mil km²) e 2004 (27,4 mil km²). A partir de 2005, a taxa de desmatamento experimenta uma tendência de desaceleração, ainda que em nenhum ano tivesse sido atingida a meta do Ministério do Meio Ambiente de zerar, em 2015, o desmatamento ilegal no país.

Segundo os dados gerados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde agosto de 2016 até julho de 2017, foram desmatados por corte raso da floresta na Amazônia Legal 6.947 km² (INPE, 2018) e 7.536 km², de agosto de 2017 a julho de 2018 (INPE, 2019). No último semestre do governo Temer e primeiro semestre do governo Bolsonaro, agosto de 2018 a julho de 2019, a área desmatada na Amazônia foi de 9.762 km², um incremento de 29,5% em relação ao período anterior (CASEMIRO, 2019). No período de agosto de 2019 a julho de 2020 a área desmatada na Amazônia Legal superou os 11 mil km². Os estados que tiveram as maiores taxas de desmatamento nesse período foram o Pará, 5.191 km²; Mato Grosso, 1.767 km²; Amazonas, 1.521 km²; e Rondônia, 1.259 km² (INPE, 2020).

Os principais responsáveis pelos focos de desmatamento continuam sendo os setores vinculados à expansão do modelo extensivo do agronegócio, pecuaristas, grileiros de terras, extratores de madeira, garimpeiros e, em menor medida, os camponeses que praticam a tradicional derruba e a queima, geralmente

classificados nas atividades da agricultura familiar.

Muitas instituições, entidades, partidos, sindicatos de trabalhadores, empresários, banqueiros, movimentos sociais, ONGs, setores religiosos, investidores internacionais, boa parte dos principais meios de comunicação (jornais, TVs), servidores do Ibama e do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) criticaram e denunciaram a política ambiental do governo Bolsonaro. Mesmo que as motivações e os objetivos desses diferentes atores e entidades não sejam, certamente, idênticos, todos se unificam na exigência de que Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, seja afastado do cargo.

No dia 6 de junho de 2020, os partidos políticos PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e Rede ingressaram com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pedindo que ele seja investigado e afastado do cargo por crimes de responsabilidade e improbidade durante sua gestão à frente do ministério (PRAZERES, 2020). No dia 6 de julho de 2020, o Ministério Público Federal solicitou da Justiça Federal o afastamento em caráter de urgência de Ricardo Salles do MMA. O pedido faz parte de uma ação civil pública movida por 12 procuradores da República, que acusam Salles de “desestruturação dolosa das estruturas de proteção ao meio ambiente” (MELLO, 2020). Os procuradores afirmam que os atos praticados por Salles à frente do Ministério do Meio Ambiente “apontam para uma direção contrária à efetivação do projeto constitucional para o meio ambiente” (idem).

Empresas e bancos nacionais e estrangeiros manifestaram também sua preocupação pelos impactos

negativos que o aumento de incêndios e de desmatamento na Amazônia estaria provocando nas exportações brasileiras de carnes e grãos, sobretudo por parte de consumidores, investidores e governos europeus, entre os quais os governos da França e da Alemanha que ameaçam não ratificar em seus parlamentos nacionais o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e União Europeia até que seja garantida pelo governo brasileiro a preservação da Amazônia. No dia 7 de julho de 2020, Mourão recebeu uma carta assinada por empresas nacionais e estrangeiras, entre as quais Suzano, Itaú, Santander, Michelin, Natura, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), solicitando providências urgentes contra o desmatamento ilegal na região amazônica e nos demais biomas brasileiros. Também em julho de 2020, na Carta ao Povo de Deus, 152 bispos brasileiros criticam ao governo presidido por Jair Bolsonaro:

O Brasil atravessa um dos períodos mais difíceis de sua história, comparado a uma “tempestade perfeita” que, dolorosamente, precisa ser atravessada. A causa dessa tempestade é a combinação de uma crise de saúde sem precedentes, com um avassalador colapso da economia e com a tensão que se abate sobre os fundamentos da República, provocada em grande medida pelo Presidente da República e outros setores da sociedade, resultando numa profunda crise política e de governança (...). É verdade que o Brasil necessita de medidas e reformas sérias, mas não como as que foram feitas, cujos resultados pioraram a vida dos pobres, desprotegeram vulneráveis, liberaram o uso de agrotóxicos antes proibidos, afrouxaram o controle de desmatamentos e, por isso, não favoreceram o bem comum e a paz social. É insustentável uma economia que insiste no neoliberalismo, que privilegia o monopólio de pequenos grupos poderosos em detrimento da grande maioria da população (...). Fechando os olhos aos apelos de entidades nacionais e inter-

nacionais, o Governo Federal demonstra omissão, apatia e rechaço pelos mais pobres e vulneráveis da sociedade, quais sejam: as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, as populações das periferias urbanas, dos cortiços e o povo que vive nas ruas, aos milhares, em todo o Brasil (CNBB, 2020).

Referências Bibliográficas

ABREU, Giovanna. O Pará é o estado brasileiro que mais exporta produtos minerais. Agência Pará, 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/20707/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Brasil em Ação: investimentos para o desenvolvimento. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [file:///C:/Users/petit/Downloads/Brasil%20em%20a%C3%A7%C3%A3o%20investimentos%20para%20o%20desenvolvimento%20-%201996%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/petit/Downloads/Brasil%20em%20a%C3%A7%C3%A3o%20investimentos%20para%20o%20desenvolvimento%20-%201996%20(1).pdf). Acesso em: 7 jan. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Avanço Brasil: proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 162-172. Anexo □ Os projetos de infraestrutura e o desenvolvimento regional. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687-07.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2018.

CASEMIRO, Poliana. Desmatamento na Amazônia cresce quase 30% entre agosto de 2018 e julho de 2019, diz Inpe. Portal G1, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/18/desmatamento-na-amazonia-cresce-entre-agosto-de-2018-e-julho-de-2019-diz-inpe.ghtml>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CNBB. O documento é assinado pela ala progressista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Brasil de Fato, 27 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/27/em-carta-ao-povo-de-deus-152-bispos-criticam-incapacidade-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 29 jul. 2020

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, vol. 94, nº 3, 2000, p. 111-124.

IBGE. Geociências-Informações Ambientais. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 ago. 2019.

INPE. Inpe registra 6.947 km² de desmatamento na Amazônia em 2017. 14 maio 2018. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-registra-6-947-km2-de-desmatamento-na-amazonia-em-2017>. Acesso em: 16 set. 2018.

INPE. Inpe consolida 7.536 km² de desmatamento na Amazônia em 2018. 2019. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5138. Acesso em: 25 jun. 2019.

INPE. A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2019 é de 10.129 km². 9 jun. 2020. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5465. Acesso em: 28 fev. 2020.

LOCATELLI, Selecina Henrique. Plano Amazônia sustentável: uma nova concepção estatal de desenvolvimento para a Amazônia? 2009. Dissertação de mestrado Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MELLO, Igor. MPF pede que Justiça afaste Ricardo Salles do Meio Ambiente. Portal UOL, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/06/mpf-pede-que-justica-afaste-ricardo-salles-do-meio-ambiente.htm>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SCHIMANOSKI, Gabriele. Mato Grosso lidera exportações do agro brasileiro e movimentou U\$S 16,6 bi em 2019. O Livre, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://olivre.com.br/mato-grosso-lidera-exportacoes-brasileiras-e-movimentou-us-166-bi-em-2019>. Acesso em: 17 jan. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Andrey Ferreira Bastos

Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: andreybastos68@hotmail.com

Airton dos Reis Pereira

Doutor em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e professor Adjunto I, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá.

Daniela Rebelo Monte Tristan

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará-UFPA.

Eliezer da Rocha Gonçalves

Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela UFPA. Professor da Rede Privada de Ensino. Sem financiamento. Contato: alsospricht5@hotmail.com

Maria Helena Borges

Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Porto Nacional. Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas.
E-mail: borges.maria@mail.uft.edu.br

Osimar da Silva Barros

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).
E-mail: osimarbarros@gmail.com

Pedro Marcos Mansour Andes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Pará – UFPA, professor de História da Rede Pública Estadual de Ensino (SEDUC/AM) e Historiador da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC/AM).

E-mail: pedromansourandes@gmail.com

Pere Petit

Professor Titular da Faculdade de História/UFPA.

E-mail: petitpere@hotmail.com.

Tayanná Santos de Jesus Sbrana

Doutoranda em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA), pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA – Centro Membro CLACSO), do Grupo de Trabajo Fronteras, Globalización y Regionalización (CLACSO) e participante do Grupo de Trabalho História do Tempo Presente (CNPq). Financiamento: CAPES.



ISBN 978-658984906-3



9

786589

849063